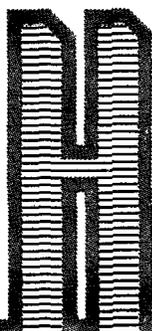




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIV — Nº 31

QUARTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1989

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

(*) RELATÓRIO Nº 2, DE 1989-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir Relatório sobre a Mensagem nº 24, de 1989-CN (nº 574/88, na origem) através da qual o Sr. Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1988, que "dispõe sobre o abono das faltas ao serviço na administração pública, e dá outras providências".

Relatora: Deputada Rita Camata

Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, houve por bem vetar, totalmente, o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1988, que "dispõe sobre o abono de faltas ao serviço na administração pública federal, e dá outras providências".

O Projeto de Lei em apreço determina o abono das faltas ao serviço cometidas por motivos de greve, no período de 23 de setembro de 1988 a 14 de novembro de 1988, pelos servidores civis da administração direta, indireta ou fundamental, de qualquer dos poderes

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN de 17-03-89, página 733.

da União, "não se lhes aplicando, a respeito, qualquer medida administrativa de caráter punitivo".

Justificando o veto, o Chefe do Poder Executivo transcreve manifestação do Ministério da Justiça nos seguintes termos: "A Constituição Federal, em seu art. 61, § 1º, II, c, reserva à *iniciativa privativa* do Presidente da República as leis que disponham sobre:

"Servidores públicos da União e dos Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade."

Nessas condições, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade, por vício de iniciativa.

Em que pese a opinião do Ministério da Justiça, o direito de greve do servidor público é assegurado pelo art. 37, VII da Constituição, *verbis*:

"VII — o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar."

Reconhece o próprio Ministério da Justiça, em sua exposição, que esse dispositivo, ainda não regulamentado, assegura ao servidor aquele direito, embora lhe pareça que a ques-

ção do abono de faltas de grevistas não deva ser tratada em lei específica.

Ora, o dispositivo apontado pelo Ministério da Justiça, para arguir de inconstitucional o projeto (art. 61, § 1º, II, c), diz respeito à iniciativa de leis sobre servidores públicos da União e dos Territórios, notadamente quanto a seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis e não a matéria pendente de lei complementar, como é o caso de abono de faltas por ocasião de greves.

Pelo exposto, entendo que sendo matéria de lei complementar, não há como argumentar ser *privativa* do Presidente da República a iniciativa de lei disposta sobre o abono de faltas por ocasião de greves dos servidores públicos, porquanto, nos termos do art. 61 citado, ela poderá ser proposta, tanto pelo Poder Legislativo, como pelo Presidente da República, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Procurador-Geral da República e até por qualquer cidadão, na forma e nos casos previstos pela Constituição.

Com esses esclarecimentos, está o Plenário em condições de deliberar sobre o assunto.

Sala das Comissões, 16 de março de 1989.
— Senador *Lourenberg Nunes Rocha* Presidente — Deputada *Rita Camata*, Relatora — Senador *Carlos Patrocínio* — Deputado *José Luiz Maia* — Senador *Áureo Mello*.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 26ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE ABRIL DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Suspensão da presente sessão em virtude de entendimentos com o Presidente da Câmara dos Deputados e convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2 — ORDEM DO DIA

Mensagem Presidencial nº 50, de 1989-CN (nº 139/89, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Na-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral FCz\$ 9,32
Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem. 2.200-exemplares

cional a Medida Provisória nº 45, de 31 de março de 1989, que prorroga a vigência dos dispositivos que hajam atribuído ou delegado competência normativa aos órgãos que menciona e dá outras providências. Deixa de ser feita a leitura em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1988 (nº 1.300/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos Ofícios Judiciais do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências. *Discussão adiada* em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1988 (nº 1.304/88, na origem), que institui Gratificação Extraordinária aos Servidores do Tribunal Federal

de Recursos, da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências. *Discussão adiada* em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1988 (nº 1.303/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências. *Discussão adiada* em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1988 (nº 1.322/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores da Justiça Eleitoral e dá outras providências. *Discussão adiada* em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1988 (nº 1.323/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências. *Discussão adiada* em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1988 (nº 1.360/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores do Ministério Público da União e dá outras providências. *Discussão adiada* em face de entendimentos da Presidência do Congresso Nacional com a Presidência da Câmara dos Deputados.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DE COMISSÕES

Ata da 26ª Sessão Conjunta, em 11 de abril de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 19 HORAS E 26 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — João Menezes — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Ruy Bacelar — Gerson Camata — Afonso Arinos — Jamil Haddad —

Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Iran Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alercio Dias — PFL; Francisco Diogenes — PDS; João Maia — PMDB; José Melo —

PMDB; Narciso Mendes — PFL; Rubem Brant — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSDB; Carrel Benevides — PTB; Eunice Michiles — PFL; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra — PMDB; Jose Fernandes — PDT; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB, Assis Canuto — PFL; Chagas Neto — PMDB; Francisco Sales — PMDB; José Guedes — PSDB; José Viana — PMDB; Raquel Cândido — PDT; Rita Furta — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PSB; Arnílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Mário Martins — PMDB.

Tocantins

Alziro Gomes — PFL; Edmundo Galdino — PSDB; Freire Júnior — PMDB; Moisés Ave-lino — PMDB; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Antonio Gaspar — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Edvaldo Holanda — PL; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; Haroldo Sabóia — PMDB; Jayme Santana — PSDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Teixeira — PFL; Onofre Corrêa — PMDB; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Mussa Demes — PFL; Paes Landim — PFL

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Benevides — PMDB; César Cals Neto — PSD; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Flávio Rocha — PL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Marcos Formiga — PL; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Evaldo Gonçalves — PFL; João Agripino — PMDB; Lúcia Braga — PDT.

Pernambuco

Cristina Tavares — PSDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PDT; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PTB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB;

Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — PFL; José Costa — PMDB; Renan Calheiros — PSDB; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansação — PFL.

Sergipe

Djenal Gonçalves — PMDB; Gerson Vilas Boas — PMDB; José Queiroz — PFL; Lauro Maia — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Mes-sias Góis — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Celso Dourado — PMDB; Domingos Leonelli — PSB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Genebaldo Correia — PMDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PFL; Joaci Góes — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PSDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Vianna Neto — PMDB; Manoel Castro — PFL; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Nestor Duarte — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PFL; Uldurico Pinto — PMDB; Virgildásio de Senna — PSDB; Waldeck Ornêlas — PFL.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Lurdinha Savignon — PT; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Sté-lío Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Edmilson Valentim — PC do B; Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Francisco Domelles — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Jayme Campos — PDT; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Márcia Cibilis Viana — PDT; Messias Soares — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osvaldo Almeida — PL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Sérgio Carvalho — PDT; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Célio de Castro — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Elias

Murad — PTB; Genésio Bernardino — PMDB; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Paulo — PT; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Maurício Pádua — PMDB; Mauro Campos — PSDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Octávio Elísio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Delgado — PT; Roberto Vital — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Virgílio Guimarães — PT.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — Agripino de Oliveira Lima — PFL; Aírton Sandoval — PMDB; Antonicarlos Mendes Thame — PFL; Antônio Perosa — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Aristides Cunha — PSC; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnold Fioravante — PDS; Bete Mendes — PMDB; Caio Pompeu — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Ernesto Gradella — PT; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Rocha — PFL; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Gumercindo Milhomem — PT; Irma Passoni — PT; João Cunha — João Herrmann Neto — PSB; João Rezek — PMDB; José Camargo — PFL; José Carlos Grecco — PSDB; José Egreja — PTB; Koyu Iha — PSDB; Leonel Júlio — PTB; Mendes Botelho — PTB; Nelson Seixas — PDT; Plínio Arruda Sampaio — PT; Robson Mannho — PSDB; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Clysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jales Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; José Gomes — PDC; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Tarzan de Castro — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Antero de Barros — PMDB; Joaquim Suce-na — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PFL.

Mato Grosso do Sul

Juarez Marques Batista — PSDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB.

Paraná

Airton Cordeiro — PFL; Alarico Abib — PMDB; Alcení Guerra — PFL; Basílio Villani — PTB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Euclides Scalco — PSDB; Hélio Duque — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; José Tavares — PMDB; Giovanni Masini — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Nelton Friedrich — PSDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Johnsson — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT; Waldyr Pugliesi — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Fernando Bastos — PFL; Francisco Küster — PSDB; Geovah Amarante — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Antonio Marangon — PT; Amaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Júlio Costamilan — PMDB; Luís Roberto Pontê — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Chagas Duarte — PDT; Marluce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em entendimentos mantidos com a Mesa da Câmara dos Deputados, através do seu ilustre Presidente, e em face das justas homenagens que acabam de ser prestadas ao eminente D. Helder Câmara e que somente agora terminaram, a Mesa do Congresso Nacional resolveu suspender a sessão desta noite e convocar outra para amanhã, às 14h30min, neste recinto, ficando certo que a sessão começará, por ser extraordinária, com a votação das matérias que constarão da Ordem do Dia. (Muito bem. Palmas)

Está, portanto, feita a comunicação.

É a seguinte a Ordem do Dia da sessão conjunta convocada para as 14 horas e 30 minutos do dia 12 de abril de 1989.

ITEM I

Leitura da Mensagem Presidencial nº 50, de 1989-CN (nº 139/89, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 45, de 31 de março de 1989, que prorroga a vigência dos dispositivos que hajam atribuído ou delegado competência normativa aos órgãos que menciona e dá outras providências.

ITEM II**1**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 42, de 16 de março de 1989, que dispõe sobre a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras e dá outras providências.

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mensagem Presidencial nº 47, de 1989-CN.) *Prazo* (Const. art. 62, parágrafo único): 17-4-89.

ITEM III**2**

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1988 (nº 1.300/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos Ofícios Judiciais do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências. (Mensagem Presidencial nº 29/89-CN.) *Prazo*: 13-4-89.

3

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1988 (nº 1.304/88, na origem), que institui Gratificação Extraordinária aos Servidores do Tribunal Federal de Recursos, da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências. (Mensagem Presidencial nº 30/89-CN.) *Prazo*: 13-4-89.

4

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1988 (nº 1.303/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências. (Mensagem Presidencial nº 31/89-CN.) *Prazo*: 13-4-89.

5

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1988 (nº 1.322/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores da Justiça Eleitoral e dá outras providências. (Mensagem Presidencial nº 3.289-CN.) *Prazo*: 13-4-89.

6

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1988 (nº 1.323/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 6, de 1989-CN, da Comissão Mista. (Mensagem Presidencial nº 33/89-CN.) *Prazo*: 13-4-89.

7

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1988 (nº 1.360/88, na origem), que dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores do Ministério Público da Gratificação Extraordinária dos Servidores do Ministério Público da União e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 5, de 1989-CN, da Comissão Mista. (Mensagem Presidencial nº 34/89-CN.) *Prazo*: 13-4-89.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.*)

ATAS DE COMISSÕES**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A "AVALIAR OS PREJUÍZOS DA SECA NO NORDESTE".****6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 1987**

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Raimundo Lira, Teotônio Vilela Filho e Deputados Celso Dourado, Gonzaga Patriota, Ubiratan Aguiar, César Cals Neto e Moema São Thiago, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "avaliar os prejuízos da seca no Nordeste". Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Benito Gama, Raimundo Bezerra e Senador Mauro Benevides.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Mansueto de Lavor, Ruy Bacelar, Fernando Henrique Cardoso, Hugo Napoleão, Guilherme Palmeira, Virgílio Távora, Lavoisier Maia e Deputados Paulo Silva, Cássio Cunha Lima, Ismael Wanderley, Orlando Bezerra, Edme Tavares e Albérico Cordeiro.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se ao depoimento do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Senhor Uirandé Augusto Borges, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Durante sua exposição, o Senhor Uirandé Augusto Borges comenta sobre a competência do DNOCS no gerenciamento de recursos hídricos no Polígono das Secas, a execução de obras hidráulicas e o aproveitamento hidroagrícola. Refere-se, também, à seca verde e às providências tomadas pelo referido órgão, apresentando um quadro demonstrativo de obras que estão sendo executadas pelo DNOCS em estados de clima semi-árido. Encerrando, o Senhor Uirandé Augusto Bastos coloca-se à disposição dos Senhores Congressistas para responder perguntas. Aproveitando a oportunidade, apresenta à comissão os Senhores Vicente Vieira, Diretor-Adjunto de Operações do DNOCS e Ary Gadelha, Diretor de Irrigação do DNOCS.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides e Deputados Ubiratan Aguiar, Gonzaga Patriota, César Cals Neto e Celso Dourado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente "ad hoc" da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Senador *Teotônio Vilela Filho*, Presidente.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "AVALIAR OS PREJUÍZOS DA SECA NO NORDESTE", REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 1987, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Srs. Senadores, Srs. e Sras. presentes a esta reunião, vamos dar continuidade aos trabalhos desta comissão. Teremos a satisfação de ouvir, hoje, o depoimento do Dr. Uirandé Augusto Borges, Diretor-Geral, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Dr. Uirandé, este é o quarto depoimento que esta comissão ouve. Mas, com o que aqui já foi debatido, com as discussões havidas aqui no plenário desta comissão, nós já nos revestimos de uma convicção muito forte de que não adianta, não é produtora lutar contra a seca. Nós vimos aqui, através das discussões e dos debates travados, que nós temos que buscar um meio de conviver com a seca.

O Departamento que V. Sª dirige — ainda ontem conversávamos em meu gabinete — completa este ano 78 anos de atividade, uma atividade nobre, uma atividade reclamada ainda hoje por todos os nordestinos, que é o direcionamento do Governo voltado para uma solução que traga uma convivência harmoniosa e menos traumática do povo nordestino com a seca.

Vimos, também aqui, que não é a seca a principal responsável pela miséria e pelo subdesenvolvimento no Nordeste. Ouvimos argu-

mentos de que no litoral, na Zona da Mata nordestina, nós podemos encontrar miséria mais afrontosa do que a encontrada nos sertões. O Maranhão, úmido e chuvoso e também verificamos, é mais miserável do que o Ceará semi-árido

Enfim, Dr. Uirandé, estamos vislumbrando, ao longo dos trabalhos aqui realizados, que nem o principal problema do Nordeste é a seca, nem muito menos esses problemas se circunscrevem à região nordestina, geograficamente falando. O problema é fundamentalmente político, de vontade política, de decisão política. Daí a importância do depoimento de V. Sª, como uma contribuição efetiva para que esta comissão possa, ao final dos seus trabalhos, ter elementos substantivos para mobilizar, não somente o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, mas a sociedade brasileira, para que a futura Constituição brasileira, e a legislação ordinária que virá a seguir, contenha instrumentos que proíbam definitivamente, de uma maneira estrutural e não simplesmente conjuntural, o flagelo da gente nordestina.

É com muita satisfação que passo a palavra ao Diretor-Geral do DNOCS, Dr. Uirandé Augusto Borges

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Exmo. Sr. Senador Teotônio Vilela Filho, Exmo. Sr. Deputado César Cals Neto, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Diretores do DNOCS, que aqui estão presentes, meus Srs e minhas Sras, inicialmente, gostaria de dizer da satisfação que sinto, neste momento, de ter sido convocado pela Comissão de Seca do Nordeste, no Congresso, para apresentar este depoimento, e dizer que aqui me acompanham alguns diretores para que a comissão seja informada de todos os detalhes, daquilo que o DNOCS executou, vem executando; quer dizer, o papel que o DNOCS vem exercendo ao longo desses seus 78 anos de existência.

Fiz questão de elaborar uma exposição, um depoimento específico para este momento, de modo a que todos aspectos importantes não fossem esquecidos.

Se vamos referir ao papel de DNOCS e a sua atuação no Nordeste, mormente quando o temos como um órgão federal de combate às secas e aos seus efeitos, justo é que busquemos, embora sem pretender rememorar ou enumerar os efeitos do seu passado marcante, que vêm desde o início deste século, a acuidade necessária para entender que esse órgão acumulou as mais importantes experiências, a cada passo que se sucede na retomada do desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste.

Sim, o DNOCS é tradição de pioneirismo no Nordeste. Seu pioneirismo não está apenas na engenharia de grandes barragens que ao todo somam 283 grandes reservatórios de água. Segundo registros, ainda com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e posteriormente Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), na primeira década do século empreendida... uma ação desbra-

vadora e pioneira nas caatingas e sertões... "iniciava uma obra missionária e civilizadora, estabelecendo contacto com as populações rurais, relegadas ao abandono".

A primeira patrulha rodoviária organizada a atuar no País, nesta região, sofreu a orientação de engenheiros do DNOCS.

A primeira rede rodoviária do NE, compreendida pelo eixo Fortaleza-Salvador, com 1.280Km, a qual se articulavam as rodovias centrais de oito estados, além de numerosas outras ligações subsidiárias, num total de 10.000 Km de rodovias e 6.600 metros de pontes, foram também obras pioneiras do DNOCS.

A acumulação de 15.434 milhões m³ de água represada nas suas barragens públicas é de 1.271 milhões m³ em açudes particulares e públicos municipais e estaduais construídos em cooperação, constituiu-se no 1º passo para minorar efeitos das secas e decorrente fixação do homem à terra, tônica da IFOCS, na época.

Igualmente coube-lhe, no início do século, trazer do exterior as primeiras perfuratrizes e seus operadores para perfuração de poços tubulares.

Fornecimento de energia elétrica a mais de 30 cidades, construção de 60 campos de pouso, abastecimento d'água em 189 municípios e interligação telefônica de cidades próximas, fizeram parte do elenco de serviços pioneiros executados pelo Departamento das Secas na região semi-árida do NE.

O pioneirismo do DNOCS iniciou ainda os primeiros levantamentos pedológicos a nível de detalhe executados no Brasil, destacando-se ainda os trabalhos no campo da agrostologia, aclimação de espécies-vegetais exóticas, melhoramento genético com bovinos, recuperação de solos, competição de variedades e adubação, bem como pesquisa com plantas xerófilas.

Não se pode esquecer também a contribuição pioneira do DNOCS em piscicultura, projetando o Brasil no exterior, mas principalmente contribuindo de modo representativo para o aumento da proteína na alimentação do nordestino.

O DNOCS, por fim é também pioneiro em irrigação no Nordeste.

A história do DNOCS, portanto, é a história da luta contra os efeitos das secas. Uma história pontilhada de lances de grandeza, ora de recuos, ora de triunfos e também de frustrações. Mas, numa análise global, pode-se dizer que quase 80 anos depois, constata-se que o problema está inteiramente decomposto e diagnosticado. Falhas de execução, carência de recursos — sempre muito aquém do desafio — desvios políticos, tudo existe em cada página dessa longa e fantástica epopéia, cuja grandiosidade não se pode evidentemente sintetizar numa rápida palestra. Mesmo porque nosso objetivo, nesta oportunidade, é outro. É mostrar, em termos de agora, como está o problema e como se procura equacioná-lo. Sob a ótica da realidade atual, o combate às secas não se restringe àquela série de propostas para se conter o flagelo e reduzir-lhe os efeitos. Tudo, sem dúvida, é válido nessa bata-

lha. Mas hoje temos a certeza de que a seca é, também, um fenômeno econômico. Seca tem muito que ver com miséria absoluta. Há por isso, uma ação oficial integrada, não para acabar com as secas, que são irremovíveis, mas para dar ao homem nordestino a estrutura social e econômica, enfim meios para privar com elas sem os atropelos até aqui existentes.

O Polígono das Secas e o instrumental à sua disposição

Sabemos que as raízes da luta remontam ao século passado numa fase quase romântica, em que o Imperador Pedro II teria dito que "empenharia o último brilhante de sua coroa para que nenhum nordestino morresse de fome"... Foi porém a República, nascida em 1889, que deu os primeiros passos para a implantação do instrumental indispensável à luta que se desenvolve há quase um século e que sem dúvida, não se esgotará enquanto não se alcançar o ponto de desenvolvimento capaz de garantir ao Nordeste a ultrapassagem desses fenômenos físicos com absoluta normalidade.

O DNOCS se empenha nesse sentido. E pode dar aos senhores uma imagem ligeira do que já existe em termos de infra-estrutura e de tecnologia para dar à região, compreendida no denominado Polígono das Secas, aquela base de firmeza fundamental à vida e ao progresso do seu povo dentro do contexto climático que a natureza lhe reservou.

O Nordeste estende-se por território de 1.542.271 km², dos quais 950.000 compõem o Polígono das Secas, região em que vivem 21.311.761 pessoas de acordo com os números do IBGE, com sete anos defasados. São estatísticas de 1980.

É sobre esse grande território que se desenvolve a ação do DNOCS. Até dezembro de 1986, o DNOCS construiu, na área nada menos de 283 açudes públicos — a grande açudagem — acumulando 15.434 bilhões de metros cúbicos d'água, a que vêm se juntar mais 1.271 bilhões, armazenados em 610 açudes em cooperação com particulares construídos até 1960, quando esse programa foi interrompido.

Acrescente-se a essas reservas hídricas as obtidas através da perfuração, em toda a área do Polígono, entre 1934 e 1986, de 20.073 poços, dos quais a maior parte, 4.283, em território do Ceará.

Todavia, desde os primeiros dias deste órgão, com o inolvidável Arrojado Lisboa e muitos outros técnicos de renome como Guimarães Duque, a sua missão não se esgotaria com a construção de barragens. O entendimento, que só viria a ser posto em marcha muitos anos depois da instalação do DNOCS, era precisamente o contrário: as responsabilidades se iniciam a partir dos açudes.

A grande açudagem pública, bem assim aquela atacada em cooperação ou a que se estimulou a construção, com recursos da iniciativa privada ou ainda do estado e municípios, estava pronta para dar começo à gigantesca tarefa de fortalecer o Nordeste de modo a enfrentar as intempéries cíclicas que o afetam.

Campos de Atuação

A captação de águas superficiais ou subterâneas, conseguida através da construção de açudes públicos ou privados e da perfuração de milhares de poços, deu ao DNOCS o conhecimento amplo e absoluto das reservas e das potencialidades hídricas da região, daí porque sempre se entendeu, pacificamente, que o gerenciamento desses recursos deveria caber ao órgão, o qual se relacionaria com outros organismos governamentais para um melhor cumprimento dos objetivos comuns.

Dentro do preceituado pela Política Nacional de Águas, definida pelo DNAEE-MME, pela política nacional da irrigação, de competência do Ministério da Irrigação; da política do controle ambiental, da Secretaria Especial do Meio Ambiente — Minter e da Política Regional de Águas e ainda buscando uma articulação com os Estados, estabelecida pelo Minter via SUDENE, passou o DNOCS a uma atuação solidária com os órgãos enumerados, com vistas à prática do uso racional e otimizado dos recursos hídricos do Polígono das Secas.

Com exceção da bacia do Rio São Francisco, a cargo da Codevasf, todas as demais bacias hidrográficas da região ficariam sob o controle do DNOCS para o rígido e racional domínio do uso da água no Polígono, cabendo-lhe, ainda, a execução e controle das obras hidráulicas na região, realizadas direta ou indiretamente, incluindo aquelas efetivadas por outras instituições, a nível estadual e da iniciativa privada.

Portanto, compete ao DNOCS, dentro desses critérios estabelecidos, a) o gerenciamento de recursos hídricos no Polígono das Secas (menos os da bacia do São Francisco); b) a execução de obras hidráulicas; e c) o aproveitamento hidro-agrícola.

Estes três itens se desdobram no seguinte esquema:

1) Gerenciamento de Recursos Hídricos:

a) a responsabilidade pela hidrometria do semi-árido, realizada direta ou indiretamente, por delegação do DNAEE;

b) o controle técnico dos recursos hídricos, em articulação com as instituições congêneres;

c) o desenvolvimento de tecnologia própria, no campo dos recursos hídricos frente à nossa realidade, com a qual temos a conviver de maneira racional sem a necessidade de importação de pacotes tecnológicos inadequados e de altos custos.

2) Execução de Obras Hidráulicas e 3) Aproveitamento Hidro-Agrícola são ações nitidamente próprias ao DNOCS, sobre os quais o órgão exercita a força da sua longa experiência.

Delas redundam o Programa de Recursos Hídricos, abrangendo o campo da hidrometria específica da região semi-árida, pesquisas hidrologicas e hidráulicas, precípuas aos projetos; controle das bacias hidrográficas e captação de águas superficiais e subterâneas e o Programa de Aproveitamento Hidro-agrícola, que por sua vez se desdobra em dois subprogramas: Irrigação Pública e Privada e Piscicultura.

Piscicultura

O instrumento de combate às secas se enriqueceria na própria luta, com o surgimento de cada nova crise climática.

Se a água era ainda pouca, estava evidente que sozinha, mesmo se tomando abundante, não resolveria o problema mais grave: a fome das populações rurais sem as suas lavouras de subsistências e sem as criações que dão ao homem a ração mínima de proteína animal.

A visão do Ministro da Viação, José Américo de Almeida designou para o Nordeste em 1932 o cientista Rodolpho Von Ihering, para dirigir a Comissão Técnica de Piscicultura, cuja tarefa específica era a de dar o aproveitamento técnico-científico à proliferação de peixes nos açudes do DNOCS, como meio de ajudar a suprir a carência alimentar das populações flageladas.

As águas conseguidas através das barragens seriam também a fonte de alimentos, com um programa de ampliação dos recursos pesqueiros dos açudes.

A passagem de Von Ihering pelo Nordeste se inscreve como um dos fatos de maior repercussão na sistemática de combate aos efeitos das secas.

Como consequência disso, podemos afirmar, sem receio, que a produção de pescado nos açudes públicos e privados do Nordeste representa uma inestimável contribuição ao esforço governamental para melhorar a condição alimentar das populações nordestinas.

Somente os açudes públicos do DNOCS contribuem, hoje, com cerca de 10% da totalidade da produção de peixes de água doce no Brasil. Não obstante à eterna dificuldade de recursos financeiros, foi obtida uma produção média de 18.439 ton/ano nos últimos anos, sendo alcançado o ponto máximo em 1981, quando se conseguiu 19.075,9 toneladas.

As águas represadas na região permitem uma estimativa de produção pesqueira da ordem de 51 700 ton/ano, quase triplicando a atual produção.

E não se pode deixar de consignar as notáveis pesquisas que redundaram em novas espécies, na adaptação de esplêndidas espécies amazônicas e na implantação de métodos de criação de peixes em viveiros.

Hoje, a produção de alevinos já atingiu a 4,5 milhões do ano passado, mas os investimentos e a importação de novas tecnologias, inclusive com a presença atual de uma equipe técnica altamente especializada da Hungria, podem levar-nos já em 1990 a uma produção de 64 milhões de alevinos.

Com isso, torna-se viável o peixamento, com espécies selecionadas, de todas as reservas hídricas da região, garantindo um elevado índice de abastecimento protéico das populações da área sob a jurisdição do órgão.

Não há dúvidas de que os açudes do DNOCS se constituem verdadeiros celeiros de produção de alimento da região, pela alta produtividade de suas águas, podendo alcançar, em média, 120 ton por hectare/ano, em face das condições climáticas e sua riqueza em nutrientes.

A piscicultura se tornou, desse modo, uma atividade integrada às metas fundamentais do DNOCS, dentro desse conceito genérico de que, a partir da água, a vida se expandirá sob todas as suas formas numa área que, há um século mais ou menos, parecia condenada ao desaparecimento.

À água que produz o peixe, é a que garante o abastecimento das populações e dos animais, e vai garantir a produção agrícola na medida em que for corretamente aproveitada através da irrigação. É disso que iremos falar a seguir.

Irrigação

Bem a propósito, deixamos este capítulo como destaque desta palestra, enfocando os aspectos marcantes da atuação do DNOCS, desde os primórdios até os tempos atuais.

A irrigação já constava dos objetivos da pioneira IOCS — Inspetoria de Obras Contra as Secas criada em 1909 por Nilo Peçanha. Aliás, alguns anos antes, quando ainda sob o governo imperial se iniciou a construção do primeiro açude do Ceará, o Cedro, em Quixadá, já havia também essa preocupação. Nada de admirar, porquanto as civilizações antigas, como a egípcia e a chinesa, por exemplo, já faziam, há milênios, o transporte da água através de canais ou regos para as áreas de plantio.

Observa-se, com esta preliminar, que os técnicos do DNOCS andaram corretamente ao partir, antes de mais nada, para prender ou armazenar a água, contendo a sua fuga através de barragens de superfície ou subterâneas.

A política de águas seria aplicada mais em relação aos estados sempre mais afetados pelas secas, entre os quais, destacam-se, em particular, os Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, parte do Piauí e do Pernambuco. O Nordeste, como um todo, e depois a área denominada Polígono das Secas, abrangendo desde o Piauí ao norte de Minas Gerais, passaria a ser objeto dos programas de ação permanente do nosso órgão para reduzir as consequências dos desequilíbrios climáticos regionais.

Disseminando grandes reservatórios públicos, bem assim centenas de outros de médio porte e alguns milhares de pequenos açudes particulares, além de milhares e milhares de poços artesanais ou tubulares, o DNOCS montou a infra-estrutura hídrica imprescindível a qualquer outro projeto de desenvolvimento regional.

Paralelamente a esse programa de água, a ação do Governo ia se diversificando e ampliando a base de apoio ao trabalho de viabilização do Nordeste, criando mecanismos destinados igualmente a promover essa fantástica obra de integração daquela vasta área do País ao contexto social e econômico nacional. Surgiram nos anos cinquenta, o Banco do Nordeste do Brasil e, posteriormente, a Sudene, esta, em seus princípios, com "status" de ministério e com a responsabilidade de planejar, de modo global, a obra de redenção do Nordeste.

Mas quando o BNB e a Sudene chegaram, e chegaram em boa hora, já se depararam

com toda a imensa tarefa desenvolvida pelo DNOCS para mudar a face física do Nordeste: havia o insumo básico e justamente o mais carente do Nordeste: a água. Havia também uma tecnologia de combate à seca. Havia uma equipe técnica forjada na prática diária, na convivência com os fenômenos climáticos. Havia muita coisa, embora faltasse praticamente tudo.

Ainda há pouco citávamos a questão da piscicultura, uma providência extraordinária na procura das soluções gerais para o desafio nordestino. Tíhamos, diante de nós, o material disponível para o grande e decisivo embate da transformação do Nordeste. Era imperioso um plano de imensas proporções para aproveitar convenientemente todo aquele volume d'água que se conseguira reter por todo o Polígono.

Todas as tentativas foram válidas. E são muitas as que constam nos registros, mostrando, com forte nitidez, a causa principal da sua pouca eficácia: a descontinuidade dos trabalhos de execução. Em seus 78 anos de vida, a Direção-Geral do órgão mudou 25 vezes, uma média pouco acima de três anos para cada administrador. Isto, ao lado da rotina exiguidade de recursos, determinava a interrupção de projetos quando tudo parecia caminhar para a solução de problemas-chave da região. Como o da irrigação por exemplo.

O balanço atual da irrigação é um tanto desalentador. As estatísticas de áreas irrigadas advertem para a necessidade de mudar os critérios institucionais do trabalho. Torna-se indispensável buscar outros caminhos. E é o que vamos procurar fazer.

Vontade Política

No dia 15 de junho de 1985, na cidade de Petrolina, Pernambuco, às margens do São Francisco, o Presidente José Sarney pronunciou um discurso verdadeiramente histórico. Disse ele, na ocasião "vim ver o que se está fazendo aqui com irrigação. O Brasil, durante toda a sua experiência, conseguiu irrigar apenas 1 milhão e 200 mil hectares. Isso não se faz do dia para a noite. Mas vamos irrigar um milhão de hectares no Nordeste em cinco anos".

b) utilização das áreas de montante dos açudes pelo processo de arrendamento ao agricultor sem terra;

c) perenização de rios e colaboração com os estados na introdução da irrigação "a fio d'água" nas proximidades ribeirinhas;

d) construção de infra-estrutura de irrigação em áreas previamente selecionadas, destinadas a estimular a participação da iniciativa privada;

e) aproveitamento de açudes e poços particulares, competindo ao DNOCS orientar tecnicamente a execução dessas obras, objetivando a prática da "irrigação, de salvação" como apoio à agricultura de subsistência e pecuária.

3 — modernização da agricultura tradicional à base de transferência de tecnologia utilizada nos Perímetros de Irrigação Pública;

4 — implantação de uma economia de sequeiro, integrada ao sistema de produção com irrigação;

5 — promoção de agroindústrias, para fortalecimento das estruturas produtivas, atendendo às peculiaridades regionais;

6 — associação da piscicultura e da pecuária à irrigação, com o objetivo de melhorar a eficiência econômica dos projetos e integrar as várias atividades produtivas do setor rural;

7 — estabelecimento de uma sistemática de educação capaz de desenvolver, no homem, a sua capacidade de bem utilizar os bem utilizar os benefícios gerados pelo programa de irrigação;

8 — integração institucional como meio de assegurar a otimização do programa de irrigação na região semi-árida;

9 — promoção de uma linha de crédito especial para a agricultura irrigada no semi-árido com financiamento a particulares e a colonos através das cooperativas;

10 — promoção de tarifas diferenciadas de eletrificação rural, beneficiando e viabilizando a expansão da agricultura irrigada no Nordeste.

O DNOCS integrou-se definitivamente aos métodos e às normas do novo Ministério da Irrigação, absorvendo, antes de tudo, a sua filosofia de ação que é a do Governo Sarney. Existe realmente uma decisão, uma vontade política de realizar um grandioso projeto de irrigação no Nordeste.

Temos a nossa etapa do PROINE. As metas previstas no Programa para 1986/1988 fizeram com que o DNOCS tomasse a iniciativa de providenciar, numa primeira fase, inúmeras licitações e contratações de estudos e execução de obras. No ano de 1986 não chegamos a resultados concretos, em termos de áreas irrigadas, como desejado. Mas capitalizamos farto material, em termos de projetos executivos e planos de irrigação de tal modo que iniciamos, neste ano, a construção de obras e recuperação de áreas irrigadas, esperando obter resultados altamente concretos no biênio 1987/1988.

Vale destacar, numa ocasião como esta, o apoio que o DNOCS vem merecendo do novo Ministério da Irrigação, graças ao que pôde recuperar a partir do ano passado o seu equilíbrio operacional, depois de sofrer as agruras de um orçamento inexpressivo em 85 e do qual 70% eram tomados por despesas com pessoal e outros custeios de administração. Haja vista que em 1986, inverteu-se o quadro, com aplicações de 66,2% em investimentos e 33,8% em custeio pessoal.

Estamos agora entregues ao cumprimento das grandes tarefas, com as mudanças estruturais a que já aludimos.

O modelo de irrigação pública, que o DNOCS pratica há 15 anos em caráter pioneiro, deve sofrer adaptações para acompanhar o ritmo desafiador do Go-

verno de querer implantar, até 1990, 1 milhão de hectares irrigados na região.

Temos em vista, de imediato, modificar os "módulos estruturais-produtivos", que permita um desempenho operacional capaz de assegurar a estabilidade econômica da "micro empresa agrícola familiar" em regime auto-sustentado.

O DNOCS já iniciou a tarefa do levantamento topográfico com demarcação dos lotes agrícolas e domiciliares, visando à titulação da posse e a organização fundiária definitiva da área.

Enquadram-se na estratégia global de mudanças do modelo de irrigação pública nos Perímetros, objetivos como fortalecimentos das cooperativas dos irrigantes; o treinamento em massa de associados; treinamento de operadores e de mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos; sistematização do método individual de fornecimento de água do usuário, possibilitando a cobrança de tarifa justa e o controle do volume efetivamente consumido por cada lote e a adequação da estrutura gerencial de cada perímetro para assumir com exclusividade a gestão da água e da operação e manutenção das obras públicas.

Hoje, o trabalho do DNOCS, através da completa reestruturação dos Perímetros e da execução de todos os pontos enunciados quanto às mudanças de estratégia de ação, terá efeito multiplicador a partir do chamamento a uma mais ativa participação da iniciativa privada no processo. Na realidade, a irrigação pública, funcionará como pólo de irradiação para a irrigação privada, mediante a transferência de nova tecnologia que assegurarão o aumento da produtividade e da produção. Para tanto, o PROINE prevê estímulos e incentivos diversos para conduzir a empresa particular a integrar-se ao programa que visa mudar o perfil da agricultura nordestina.

A utilização dos recursos de água e solo, a partir da infra-estrutura implantada pelo poder público, será feita através de formas de organização comunitária.

Isto não significa que o programa do Governo não tenha se concentrado também na participação particular a nível empresarial. Este é um segmento a que o Governo está dando significativo apoio, consciente de que a ambiciosa marca de 1 milhão de hectares irrigados somente será atingida se de fato houver a participação ativa dos proprietários da terra, minimizando os processos expropriatórios.

Os principais vales nordestinos terão suas várzeas (aluviões) reservadas para a irrigação privada empresarial, competindo aos governos estaduais, com o apoio do Ministério da Irrigação, promover a execução de obras de infra-estrutura básica sobre esses vales, como os do Baixo Parnaíba, Aracaju, Jaguaribe, Piranhas, Açú, o Guruguéia, cabendo ao DNOCS oferecer informações quanto a solos e disponibilidade hídrica, como também propor crité-

rios de destinação das terras do ponto de vista de produção agrícola irrigada.

Outras formas de irrigação constam ainda do programa, para o qual o DNOCS, com a autoridade de sua experiência no setor, preconiza a inadiável reforma dos modelos institucionais praticados, começando, como assinalamos, por mudar os nossos ramos da estratégia de atuação, trabalho, aliás, que já iniciamos

Com a adoção de todos esses métodos, espera o DNOCS ao final do prazo de 5 (cinco) anos, estabelecido pelo Presidente José Sarney para a implantação de 1 milhão de hectares irrigados, cumprir a cota que lhe cabe totalizando 122.300 ha, buscando maior engajamento e coparticipação dos Governos Estaduais, além de oferecer aos órgãos responsáveis pela irrigação pública — a Codevasf e o DNOS, e a quantos no setor público ou no particular se envolverem no grandioso programa, a colaboração quea nossa experiência de 78 anos de atividade em controle e uso dos recursos hídricos nas regiões semi-áridas, nos permite transferir.

Convencidos estamos de que o Presidente José Sarney, não só pela sua condição de nordestino, mas pela visão crítica perfeita da realidade regional, que atenta contra o processo geral de desenvolvimento do País, terá atitude política inarredável para que o Programa de Irrigação do Nordeste seja de fato uma realidade e enseje a transformação radical da estrutura de subdesenvolvimento em que vive a séculos a nossa região.

A Seca Verde

A despeito da vasta experiência acumulada e do acervo de conhecimentos e realizações, faz-se necessária a compreensão mais ampla à nível de governo, de que os efeitos das secas sobre as populações do Nordeste continuam sendo graves porque a sua economia não foi suficientemente fortalecida. É preciso reconhecer que nem mesmo a integração econômica do Nordeste ao mercado nacional, levado a cabo de forma mais efetiva do final dos anos 50 em diante, intensificada nos anos 70, foi suficiente para criar condições necessárias à organização e fortalecimento da economia das áreas semi-áridas da região. Há, sem dúvida, uma outra dimensão no Nordeste semi-árido, engendrada ocasionalmente pelas secas, para ser considerada, com uma história e uma cultura muito particulares. O que há de notório, neste quadro dantesco que se abate ordinariamente sobre a economia do Nordeste, com reflexos sobre a economia nacional, é que, as secas ocorram com frequência, as soluções para os problemas delas derivados ainda não foram levadas a bom termo.

Haja vista que seus conhecimentos efeitos expressos pela desorganização da produção rural, continuam se repetindo de forma variada. Ora é a escassez de chuva que se torna mais acentuada, prolongando-se no tempo e no espaço, ora é a mera irregularidade na distribuição das chuvas, determinando crises na produção agropecuária e no abastecimento d'água, ou provocando frustrações de safra, quando falta a água na época da floração/frutificação. Nesta última situação, inscrevem-se

variações características do que se tem denominado de *seca verde*, com prejuízos incidentes sobre a produção agrícola de alimentos e de matérias-primas

Não há dúvida de que o quadro climático do Nordeste em 1987, tanto na zona semi-árida como em algumas áreas do agreste e até mesmo da zona litoral e mata, está caracterizado pela sua variação temporal, dada pela expressiva redução das chuvas no mês de maio. Com isto frustraram-se quase que integralmente as safras dos cultivos de alimentos e do algodoeiro, a principal lavoura comercial do semi-árido, sendo a sua produção também afetada pela praga do "bicudo". A situação está já consumada e conhecida como "seca verde".

Tradicionalmente, o DNOCS atuou no atendimento às populações afetadas pelas secas ocorridas na região semi-árida do Nordeste, segundo esquemas de construções de obras públicas. Grande parte das estradas do Nordeste teve consideráveis trechos construídos nos anos de seca. Expressivo número de barragens, de pequeno e médio porte, também tiveram suas obras iniciadas ou concluídas no mesmo esquema, com direta administração do DNOCS, empregada a mão-de-obra flagelada pelas secas.

Todavia, a partir da seca de 1978-1983, foi instituído um novo esquema, mediante o qual a população afetada passou a ser atendida nas frentes de trabalho, à nível de propriedades rurais, sob a administração de órgãos estaduais e coordenação da Sudene.

A participação do DNOCS, nesse período, limitou-se a empregar 30% do contingente de trabalhadores rurais afetados pelas secas em toda a sua área de atuação, desenvolvendo obras de açudagem pública, de caráter comunitário e de grande abrangência social.

Providências em Curso

O atendimento às populações afetadas pela Seca Verde de 1987 está sendo feito de acordo com a orientação do Plano de Defesa Civil de 1987, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene e sob a chancela do Ministério do Interior. Esse plano, cuja aprovação teve lugar antes de se configurar o atual quadro de seca, prevê a execução de ações de caráter temporário mas de efeitos permanentes.

O DNOCS cumpriu a sua tarefa de encaminhar antecipadamente, a sua colaboração em termos de participação na elaboração do referido plano, assinalando um elenco de obras e serviços, de caráter permanente e emergencial, que, em suma, resultariam na antecipação de áreas irrigadas, a montante e a jusante de açudes públicos existentes, mediante a realização de obras de baixo custo, facilitando o assentamento do próprio homem rural vitimado pela seca.

O Plano de Emergência elaborado pelo DNOCS, ficou em consonância com as diretrizes e o programa do Ministério de Irrigação, objetivando executar ações específicas vinculadas às seguintes obras:

- 1) aproveitamento hidroagrícola de margens de rios e reservatórios;

II) construção de pequenos sistemas de irrigação e abastecimento de água, a partir de poços e cacimbões;

III) recuperação e expansão de perímetros irrigados;

IV) antecipação de obras em novos perímetros de irrigação;

V) recuperação de barragens;

VI) construção de açudes de médio porte em cooperação com os municípios (Propan).

Em maio, já com o reconhecimento pelo Minter/Sudene da necessidade de deflagrar as ações de emergência, o DNOCS concebeu a versão executiva do plano anteriormente encaminhado, destacando que se incumbiria dos seguintes segmentos:

a) execução das obras referidas a cada um dos itens enumerados, exceção feita ao item

"VI", cujas obras serão executadas pelos municípios;

b) perfuração de poços, competindo aos estados a escavação de cacimbões;

c) realizar o manejo das águas dos açudes públicos proporcionando o seu aproveitamento à margem dos rios, pelas propriedades particulares;

d) realizar obras de recuperação em perímetros irrigados, para total aproveitamento e operação de áreas implantadas.

Aos estados incumbiria a responsabilidade pela implantação de áreas irrigadas, em função das obras que o DNOCS viesse a executar conforme as circunstâncias e o impacto social provocado pela seca, em cada caso.

A execução das obras previstas ensejará a possibilidade de implantar 10.474ha de áreas irrigáveis, considerando a ação dos estados

nordestinos que estão trabalhando em articulação com o DNOCS e com o apoio do Ministério da Irrigação.

Estão assim sendo potenciadas todas as oportunidades de ampliar a irrigação num ano de crise climática.

Gostaríamos agora de complementar esta retrospectiva sobre o DNOCS, apresentando, em quadros sintéticos, com ilustrações em mapas, algumas informações sobre o programa do DNOCS atual, em execução.

Temos o semi-árido nordestino. O que está destacado em cores são as obras que o DNOCS está executando em todo o semi-árido nordestino, em todos os estados do semi-árido, desde o Piauí até o norte de Minas.

Vamos abordar cada estado:

Açudes Públicos

Piauí

Caldeirão	54 milhões m ³	Pirotópolis
Cajazeiras II	24 milhões m ³	Pio IX
Barreiras	52 milhões m ³	Fronteiras
Ingazeiras	25 milhões m ³	Paulistana
Petrônio Portela	181 milhões m ³	São Rdo Nonato

Ceará

Murdaú	21 milhões m ³	Urubutema
Patu	71 milhões m ³	Senador Pompeu
Serrote	250 milhões m ³	Santa Quitéria
Acaraú-Mirim	52 milhões m ³	Massapê
Poço do Barro	54 milhões m ³	Morada Nova
Realejo	31 milhões m ³	Crateús
Umarí	28 milhões m ³	Crato

R. G. Norte

Itans	81 milhões m ³	Caicó
Trairi	33 milhões m ³	Sta. Cruz
Japuí II	20 milhões m ³	São José do Campestre
Sabugi	65 milhões m ³	São João do Sabugi
Mendubim	76 milhões m ³	Açu

Paraíba

Eng ^o Ávidos	255 milhões m ³	Cajazeiras
St ^a Inês	26 milhões m ³	Conceição
Lagoa do Arroz	80 milhões m ³	Cajazeiras
Eng ^o Arcoverde	35 milhões m ³	Condado
Sumé	36 milhões m ³	Sumé

Pernambuco

Serrinha	311 milhões m ³	Serra Talhada
Cachoeira II	21 milhões m ³	Serra Talhada
Saco II	123 milhões m ³	Sta Maria da Vista
Barra do Juá	71 milhões m ³	Floresta
Entremontes	346 milhões m ³	Parnamirim
Rosário	349 milhões m ³	Igaraci

Alagoas

Gravatá	8 milhões m ³	Mata Grande
Jaramataia	19 milhões m ³	Jaramataia

Sergipe

Três Barras	8 milhões m ³	Cracho Cardoso
Itabaiana	2.7 milhões m ³	Itabaiana

Bahia

Macaúbas	20 milhões m ³	Macaúbas
Jacurici	146 milhões m ³	Itiuba
Araci	65 milhões m ³	Araci
Tremedal	23 milhões m ³	Tremedal
Pinhões	15 milhões m ³	Juazeiro
Cocorobó	243 milhões m ³	Euclides da Cunha
Sohen	14 milhões m ³	Senhor do Bonfim
Adustina	13 milhões m ³	Paripiranga

No Estado do Piauí, nós temos em operação, no perímetro de Lagoas do Piauí, atualmente, as obras civis para a implantação de mais 525 hectares. Temos o perímetro irrigado do Caldeirão já em operação. Estamos concluindo o projeto de ampliação do açude que vai permitir a ampliação desse perímetro. Estamos triplicando a capacidade de acumulação da barragem do Caldeirão, para permitir também a ampliação por mais três mil hectares irrigados no Caldeirão, no Município de Píripri, no estado do Piauí.

Estamos concluindo o projeto da barragem de Tinguis, que vai permitir irrigar 8.200 hectares, também numa região muito seca e carente. Esse projeto de irrigação já está concluído, falta-nos apenas construir o açude, a barragem, que vai nos dar o respaldo hídrico. O projeto para a barragem já está em fase conclusiva.

Existe ainda o projeto irrigado em operação (Fidalgo), que é um pequeno projeto, e a nossa grande obra de irrigação naquele estado é justamente o Vale do Gurguéia, que tem um grande potencial hídrico subterrâneo, potencial para a implantação de 30.000 hectares. Nós já estamos com esse projeto concluído, buscando, através de negociação com o apoio do Ministro Vicente Fialho, negociações com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento para conseguir os recursos, não obstante já termos recursos nacionais.

Implantamos, há 15 dias, 275 hectares. Vamos implantar agora, dia 15 de novembro, mais trezentos hectares irrigados, e, até o fim do ano, completaremos aqui no Gurguéia os mil hectares. Portanto, é um grande potencial que tem o Vale do Gurguéia, porque aí já são trinta mil hectares dentro da meta estabelecida para o Departamento de Secas.

O estado do Ceará, mais os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, são os três estados mais carentes em recursos hídricos. Por isso, há necessidade de maior acumulação de águas superficiais. No estado do Ceará temos um grande programa em execução. Já contratamos e está em plena elaboração o Projeto do Baixo Acaraú, que são trinta mil hectares irrigados. O contrato com a empresa que elabora o projeto prevê a sua entrega em módulos de cinco mil hectares, a cada seis meses. Então, já estamos em início, no próximo ano, da implantação de um projeto piloto, dentro desses trinta mil hectares, lá no Baixo Acaraú, projeto piloto de 2.400 hectares. Ainda, no Ceará, em termos de irrigação, estamos com um projeto já contratado, em elaboração (o transição norte — Tabuleiro de Russas — e o transição sul — Morada Nova). No norte do Ceará, temos o Projeto Araras, norte, em fase de obras. Estamos trabalhando, deveremos implantar até março do próximo ano 1.100 hectares, dos 3.200 hectares que comporta irrigar nessa área, em consequência dos recursos hídricos existente, que são através da Barragem do Araras.

Em Morada Nova o projeto já está em fase adiantada de elaboração, com 10 mil hectares,

enquanto o transição norte — Tabuleiro de Russas — tem 25 mil hectares.

É importante ressaltar aqui, nesta oportunidade, que o Programa de Irrigação do Nordeste está em plena execução. Há um ano e oito meses que estamos trabalhando em cima desse programa, que corresponde à existência do Ministério da Irrigação, já contratamos e estamos elaborando todos os projetos necessários para que a meta de 122 mil hectares, estabelecida para o DNOCS, se concretize. Então, não poderíamos, como passe de mágica, de uma hora para outra, termos esses projetos elaborados; isso demanda tempo! O que fizemos até agora foi, em termos de obras, a ampliação dos perímetros em operação e a contratação dos estudos e projetos previstos em todo o semi-árido. Tudo está dentro de um cronograma, e não poderia ser diferente.

Aqui em Colina Campos está completando, este ano, todo o seu potencial, em termos de irrigação. Estaremos terminando aqui essa área de 117 hectares. E, com isso, terminamos com a implantação o Projeto de Colina Campos.

Ainda no estado do Ceará, V. Ex.^{as} estão vendo pontos que representam obras que estamos executando: são barragens que estaremos começando, no início do próximo ano, já com recursos garantidos...

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Permite um esclarecimento? São obras em andamento. Não são obras já realizadas.

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Temos algumas já realizadas, dependendo aqui da legenda. É ação do órgão através do seus 78 anos e também obras que estão em andamento. Eu aqui ressaltaria, inicialmente, em termos de barragens, porque irrigação já falamos.

Estamos iniciando, com recursos previstos no orçamento, que está para ser aprovado pelo Congresso Nacional, a Barragem no Município de Frecheirinha, barragem de 110 milhões de metros cúbicos, Barragem Vertedoura do Marco, no Município de Marco — entro em detalhes, porque estou vendo aqui deputados e senadores cearenses — no sul do Ceará há uma barragem muito pleiteada, há muitos anos, que é a Barragem de Atalho, no Município de Brejo Santo; estará concluída a Barragem de Mundaú este ano; já em vias de inauguração a Barragem Edson Queiróz, barragem de grande porte, com 250 milhões de metros cúbicos; a Barragem de Patu; também a de Senador Pompeu é de uma importância muito grande, inclusive para o abastecimento d'água na cidade e para irrigação. E ainda, em termos de irrigação, estamos ampliando o Guriú Paraipaba, de dois mil e quatrocentos hectares, com recursos do KFW, do franco alemão; deveremos assentar colonos já em março do próximo ano.

No Estado de Pernambuco, V. Ex.^{as} também podem ver uma ação muito forte do DNOCS. No momento, estamos ampliando o projeto irrigado do Moxotó em mais 3.100 hectares;

ele já tem 3.200 hectares aproximadamente e vamos implantar mais 3.100 hectares, numa região de grande potencial econômico, porque na área do Moxotó já existem várias agroindústrias que vão absorver o produto produzido pelos colonos dessa região. Este ano ainda esperamos implantar 800 hectares dos 3.100 hectares que estamos trabalhando nas obras físicas, nas obras civis, elas estão em plena execução

Aqui, aproveitando justamente a barragem, estamos instalando, ainda em dezembro deste ano, uma turbina que vai gerar 860kW, suficiente para a irrigação. Então, vamos ter, nesta área, uma energia mais barata; há a disponibilidade de mais uma turbina, já em vias de aquisição, para se completar o potencial existente.

Em Pernambuco, ainda estamos contruindo a Barragem de Serrinha, no Município de Serra Talhada, também uma grande reivindicação muito antiga naquela região, que é carente de recursos hídricos.

No Rio Grande do Norte, estamos com um projeto de 12 mil hectares, utilizando as águas da maior barragem construída pelo DNOCS, com a capacidade de acumulação de 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos. Portanto, a barragem construída pelo DNOCS está sendo utilizada, hoje, para a irrigação ao longo do rio, o rio foi perenizado pela construção desta barragem, e há previsão deste perímetro irrigado, em cooperação estreita com o Estado do Rio Grande do Norte, já dentro da nova filosofia de ação do DNOCS prevista no Prone e dentro da orientação do Ministro da Irrigação.

Vamos implantar, no próximo ano, mil hectares, projeto piloto, e mais quatro mil hectares em cooperação com o governo do Estado.

Na Paraíba, temos este perímetro irrigado, estamos trabalhando na ampliação deste perímetro no sentido de ampliá-lo em mais 725 hectares; as obras estão na sua fase conclusiva e pretendemos assentar colonos nesses 725 hectares, já no início de janeiro ou, mais tardar, em fevereiro do próximo ano.

Ainda na Paraíba construímos a Barragem Lagoa do Arroz, com 80 milhões de metros cúbicos, que foi inaugurada no mês de outubro pelo Presidente José Sarney.

Na Bahia estamos realizando um grande trabalho. No campo da irrigação temos um grande projeto que é o Projeto Brumado. Acreditamos que seja a melhor concepção de projeto do DNOCS. Com esse projeto, vamos utilizar as águas do açude já construído (o do Brumado) pelo DNOCS, e as obras civis já estão em adiantada fase, praticamente concluindo as obras civis, e vamos implantar, em dezembro deste ano, 1.100 hectares e no início do próximo ano completaremos 2.700 hectares.

Aqui, estamos com as obras civis em fase final para se implantar no próximo ano o restante. Então, teremos um potencial para 5 mil hectares irrigados. Este ano implantaremos — como disse — mil hectares, e no próximo

ano completaremos os 2.400 hectares, portanto, mais 1.400 hectares, ainda em janeiro ou fevereiro.

Ainda na Bahia temos, no campo da irrigação, um grande projeto que é o do Vale do Itapicuru. Para que ele se torne realidade há necessidade da construção da Barragem do Cruzeiro, uma barragem que acumulará 750 milhões de metros cúbicos e vai promover a irrigação deste vale. Esse projeto está em elaboração, deveremos receber o primeiro módulo no final deste ano, aquele módulo de 5 mil hectares que falei inicialmente e, aí, e também um potencial hídrico subterrâneo, com capacidade para irrigar 30 mil hectares. Dentro desse projeto de utilização de água subterrânea, já temos a participação espanhola, inicialmente com 1.500 hectares.

Estamos construindo na Bahia, atualmente, uma grande barragem, a barragem de Anajé, que teve começo no início deste ano, e que será concluída em maio do próximo ano, com capacidade para 385 milhões de m³. Esta barragem é necessária para o abastecimento d'água de cidades próximas como Vitória da Conquista, numa projeção maior, e tem condições de irrigar uma área bastante significativa, uma vez que os solos à jusante desta barragem são de excelente qualidade.

Sr. Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho, era isso que eu tinha a dizer, colocando-me à disposição, como também os nossos diretores, o Diretor Adjunto de Operações, Dr. Vicente Vieira, e o nosso Diretor de Irrigação, para respondermos a algumas perguntas dos Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Antes de passar a palavra aos Srs. Deputados e Senadores, que irão interpelar o Diretor-Geral do DNOCS, eu queria fazer valer a minha circunstância de parlamentar alagoano e perguntar ao Dr. Uirander: E a pequenina Alagoas? V. S.^a não falou nela, o que está reservado para Alagoas? O que foi realizado em Alagoas, através do DNOCS?

O SR. UIRANDER AUGUSTO BORGES — Sr. Presidente, eu já esperava sua pergunta. Acontece que Alagoas, hoje, ou 90% do território alagoano está na jurisdição da Codevasf, Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Antes que passasse para a Codevasf, o DNOCS realizou muitas obras lá em Alagoas, com a construção de barragens. Mas estamos agora com um programa que V. Ex.^{as} vão receber, se já não receberam, anexo à exposição, é uma relação de assuntos públicos por estados. É um novo programa que estamos lançando, porque um questionamento que se fazia ao DNOCS era de que ele construía os açudes, as barragens e não utilizava essa água acumulada para irrigação, e outros fins. É verdade que quem faz essa crítica, esse questionamento esquece que o DNOCS, toda vez que constrói um açude, uma barragem, ele faz o "peixamento" dessa barragem — já está tendo, no caso, uma finalidade para a melhoria da dieta alimentar do homem rural. Mas o DNOCS, também, em toda barragem que ele constrói, hoje em dia, pereniza o rio,

e perenizando o rio, dá condições para que aqueles proprietários de terra, ao longo do rio perenizado, possam utilizar as suas águas para irrigar — já é uma utilização. O DNOCS utiliza hoje as águas das suas barragens para a produção de energia, conforme falei aqui anteriormente — e isso nós já estamos fazendo em Pentecoste, no Ceará Nuares de Souza também é uma barragem construída no norte do Ceará, em Sobral; estamos ultimando as providências para a implantação em Moxotó, Pernambuco. Mas o aproveitamento hidroagrícola das áreas à montante das barragens realmente não era feito. Estamos agora iniciando, já temos recursos previstos no orçamento do DNOCS para o próximo ano, para o ano de 1988.

Aqui, a pequenina Alagoas vai receber a ação do DNOCS, nas barragens construídas pelo órgão, no passado, Barragem de Gravata e Jaramataia; nós vamos implantar lá os projetos pilotos de irrigação.

Por outro lado, o DNOCS não saiu de Alagoas, permaneceu lá, mas na engenharia rural, na perfuração de poços, uma vez que as outras ações estão a cargo da Codevasf.

Mesmo assim, construímos, este ano, uma barragem de médio porte, em cooperação com a prefeitura, eu não estou me lembrando do nome do município, mas foi construído em cooperação dentro daquele programa de pequena açudagem do semi-árido nordestino. E vamos ter uma ação muito forte, V. Ex.^a pode esperar isso, nesse próximo ano, em termos de pequena e média açudagem, que é o que comporta fazer no Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Obrigado pela resposta Dr. Uirander Borges. Eu queria aqui só fazer um registro. Passei três dias, na semana passada, no interior de Alagoas, principalmente no sertão, e justamente o que faz falta naquela região é o pequeno trabalho, a cisterna, os barreiros, as barragens, os açudes, pequenas obras que o DNOCS pode muito bem ajudar realizar naquela região, e que terão um efeito social tremendo.

Assisti crianças e mulheres já doentes bebendo uma água simplesmente proibitiva, além da fome e da questão social todas que advém daquela circunstância. Mas alguma coisa poderia ter sido feita, até para que as pessoas pudessem beber um pouco de água mais saudável. Espero, sinceramente, que a programação do órgão que V. Ex.^a dirige traga para Alagoas, neste próximo ano, uma realização mais efetiva em termos dessas pequenas realizações, que são importantíssimas. Precisamos valorizar o pequeno, pois ele tem um valor inigualável.

E voltando a este plenário, e lembrando que é importante que os Srs. Deputados e Senadores formulem as suas indagações, de uma forma concisa, para que todos possam participar, passo a palavra ao Deputado Ubiratan Aguiar, pela ordem de inscrição.

O SR. UBIRATAN AGUIAR — Meu caro Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho, caro

Relator César Cals Neto, companheiros Deputados e Senadores, Dr. Uirander Augusto Borges, Diretor do DNOCS; sob a égide já da premência do tempo, que é dado a cada um, eu pouco perguntaria porque acho que nordestino tem mais é que dizer, do que perguntar, porque conhece bem o problema. E eu começaria, conhecendo também de perto o Dr. Uirander Augusto Borges, que dirige o DNOCS, o seu dinamismo e sua vontade de fazer, razão pela qual acredito na sua ação à frente do DNOCS, no seu trabalho, começaria por dizer que essa ação da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito é muito mais uma ação de denúncia, de denúncia para um País que compromete o sistema da Federação, quando não equilibra a distribuição da sua renda; quando vergonhosamente pratica internamente um colonialismo de maneira selvagem, desumana, fratricida, fazendo com que a área econômica discrimine, de forma violenta, todas as ações destinadas à região Nordeste.

Tenho a impressão de que, hoje, parece ser cargo privativo de quem nasce em outras regiões que não Norte, Nordeste e, talvez, Centro-Oeste, a direção dos órgãos da área econômica.

Há poucos dias, eu ouvia depoimentos — e vou recolhendo dados — de que a construção de Itaipu, que custou 25 bilhões de dólares, mais 1 bilhão/ano para a sua manutenção, compromete tudo quanto foi dito, de grandioso, feito para o Nordeste, através do DNOCS, que ao longo dos seus 78 anos de existência recebeu pouco mais de 3,5 bilhões de dólares.

É uma vergonha quando se assiste o Nordeste sofrendo racionamento de energia, enquanto Itaipu permanece com uma capacidade ociosa; quando os projetos como o de perenização dos rios do Nordeste, através das interligações da Bacia Amazônica com a do São Francisco, e a do São Francisco com a dos nossos rios, desapareceu, engavetado, ficou só no sonho e na esperança.

Eu poderia dizer, tirando um trecho do pronunciamento do Dr. Uirander Augusto Borges, quando ele diz:

"Hoje, temos a certeza de que a seca é também um fenômeno econômico. Seca tem muito a ver com miséria absoluta. Há, por isso, uma ação oficial integrada, não para acabar com as secas, que são irremovíveis, mas para dar ao homem nordestino a estrutura social e econômica, enfim, meios para privar com ela seus atropelos até aqui existentes."

Permita-me dizer, Dr. Uirander, que discordo, e sei que V. Ex.^a coloca isso como homem de Governo, porque está a contrariar isto uma ação do ministro da Fazenda, de um Conselho Monetário, quando retira o subsídio dos juros para a agricultura e para a pecuária do Nordeste, porque isso é a decretação da falência da agricultura e da pecuária; quando os bancos, que celebraram contratos para investimento e custeio, a juros de 6 a 8%, para o pequeno, médio e grande agricultor pecua-

rista, hoje, estão chamando-o para assinarem aditivos de 7% e mais correção monetária o que não é previsto no contrato inicial, embora façam alusão, de forma capciosa, com má-fé, reportando-se à Resolução nº 1.331, do Banco Central, ou então a juros que vão até 213% no primeiro semestre, e a 450% no segundo semestre de 1988.

Contraria-se essa ação conjugada dos órgãos do Governo quando são retirados os incentivos para o Fiset, o reflorestamento do Nordeste, e para a nascente agroindústria de produtos como o caju, que era o principal produto na pauta das exportações do Ceará, transformando isto em debêntures não conversíveis, puros e simples empréstimos.

Então, entendo que não cabe a nós investigar os prejuízos causados pela seca, mas investigar os prejuízos causados por toda uma ação de Governo na sua área econômica, punindo os responsáveis porque isso é crime contra uma gente, contra uma região.

Não se admite, de maneira nenhuma, que, com ironia, de "boca escancarada", quando procuramos uma alavanca para desenvolver a região, pedindo que se promova o desenvolvimento, quer na agricultura, no seu setor primário, quer nos setores secundário e terciário, quando se buscam projetos como esse apresentado pelo Ministério da Indústria e Comércio, das zonas de processamento de exportação, que acusam de desnacionalização da economia nacional, pois que se corrigem os defeitos e vem o ministro da Fazenda insurgir-se de forma categórica contra a implantação das zonas de processamento de exportação.

Tudo quanto se destina ao Nordeste é inviabilizado, Dr. Uirandé, e anotei aqui, ao longo da sua exposição, que V. Exª, várias vezes, falando sobre a falta de recursos, de forma muito elegante, porque como homem de Governo, ligado à estrutura de Governo, talvez não pudesse falar outra linguagem.

Não me prendem as peias, nem essas limitações, o que me prende, neste momento, é um compromisso que tenho com o meu povo e a minha região.

Espero que esta comissão — e darei a minha participação, espero possa realmente denunciar isso que acabo de afirmar de forma aligeirada, com dados concretos, mostrando do que vamos ter e ela vai dar uma contribuição muito válida, agora, quando vamos entrar na fase de discussão e votação em plenário, do que é fundamental para a nossa região, uma justa distribuição da renda nacional.

Esses projetos de irrigação são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia que não conseguiu sair do binômio *boi/algodão*, embora seja uma economia de auto-sustentação apenas. Mas posso dizer, neste instante, é que quando isso chegar em plenário agora, nessa fase de discussão, desta matéria, o parlamentar do Nordeste monta a sua cadeira e dispõe da tribuna para fazer essas denúncias e para fazer valer dispositivos que assegurem o desenvolvimento de nossa região, ou então estaremos com tantas outras CPI e com tantos outros choros, noutros recantos,

mostrando o mesmo quadro de miséria, porque o que interessa às regiões mais desenvolvidas do País é ter um mercado consumidor sempre aberto para a sua exploração.

Acredito na ação, no esforço, do ministro da Irrigação e do diretor do DNOCS, acredito no propósito até do Presidente José Sarney em promover a irrigação de um milhão de hectares do Nordeste, sei que isso é essencial, mas muito mais do que isto é que possamos aproveitar este ensejo a este *forum* para denunciar aqueles que têm, em nome de uma federação e de um mesmo País, explorado da forma mais vergonhosa irmãos totalmente desassistidos. E mais um outro exemplo, para concluir, para ser fiel ao pedido do presidente. É que o êxodo rural, que tem tornado inadmissíveis cidades como São Paulo, até hoje não se encontrou uma forma de conter esse êxodo, porque também no sistema político vigente, sistema político-eleitoral vigente, o número de cadeiras que compõe a Câmara Federal é em razão do número de eleitores, e ter presença majoritária na Câmara Federal significa dispor de maior parcela de poder, principalmente se se implantar o sistema parlamentarista, quando São Paulo já cresce os olhos para aumentar substancialmente o número de suas cadeiras com assento na Câmara Federal, e, mais uma vez, vai deixar tão-somente o direito da voz, o direito de reclamar, o *jus esperiandi*, como se fala, mas sem ter nenhuma parcela de poder alterar esse quadro de miséria a que nossa região está submetida.

Nós, Constituintes, temos a grande oportunidade, agora, no plenário, de modificar e de reverter esse quadro.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. As perguntas, sinceramente, acho que já sei as respostas, queria aproveitar para fazer este depoimento, acima de tudo, um desabafo e uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Deputado Ubiratan Aguiar, a presidência desta comissão está inteiramente de acordo com o que V. Exª acaba de dizer, principalmente no aspecto em que o significado, a função maior desta CPI é justamente transformá-la em espaço, em um *forum* de debates para a questão nordestina, e, com isto, procurar sensibilizar, mobilizar não só o Congresso Nacional, a Assembléia Nacional Constituinte, mas sobretudo a sociedade brasileira e a sociedade nordestina, para que juntos possamos criar instrumentos que nos garantam, no futuro, um equilíbrio social que traga para os nordestinos uma vida mais digna. Muito importante o depoimento de V. Exª

Passo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, companheiros de comissão, acompanhei quase toda a exposição do Dr. Uirandé Augusto Borges e gostaria de fazer umas perguntas, de alguns aspectos que não foram perfeitamente enfocados. Por exemplo, a evaporação das águas acumuladas no Nordeste é muito grande, e muitos estudos já foram feitos, todos eles resultaram em vão,

pelo que se sabe, para retardar essa evaporação ou para evitá-la ao máximo, a fim de que as reservas tenham uma duração mais longa. Pergunto: em que ponto o DNOCS se situa nesta questão da luta de investigação para obtermos a defesa dos nossos recursos hídricos, evitando essa evaporação?

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Eu pediria ao diretor da área, Dr. Vicente Vieira, que respondesse a pergunta do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. VICENTE VIEIRA — O problema da evaporação é realmente muito importante em regiões como o semi-árido nordestino. Ela se situa na ordem de 2.000 mm por ano. Isso significa um alto preço que se paga à natureza ou ao clima pelo uso da água, sobretudo da água superficial.

O problema da tentativa de diminuição da evaporação tem sido objeto de longos estudos e pesquisas no mundo todo, pelo que se sabe. Entretanto — e temos acompanhado isso com muito interesse — não há ainda em termos quantitativos, em termos de aplicação de larga escala, nenhuma metodologia capaz de ser aplicada em grandes reservatórios. Existem pesquisas de pequeno porte, onde certos recobrimentos da superfície por películas monomoleculares ou por algum tipo de vegetação ou proteção física dos raios solares venham propiciar a diminuição da evaporação. Em termos de laboratório consegue-se reduções de algum porte, mas em pequenas áreas. A aplicação em grandes reservatórios, sobretudo pela ação do vento, tem transformado esse tipo de aplicação em aplicação absolutamente antieconômica. Entretanto, há uma outra forma de se tentar minorar o problema, que é o de utilizar áreas subterrâneas, acumulação em leitos de rio, que sofre muito menos o problema da evaporação. E, nesse sentido, o DNOCS tem procurado realizar algumas experiências em termos de construção de barragem subterrânea, e, como disse, acompanhado, através de convênios com as universidades brasileiras e com organismos internacionais, essa possibilidade de diminuir a evaporação. Mas, em termos práticos, objetivos, de grande escala, infelizmente não existe ainda uma metodologia.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Eu gostaria de fazer outra pergunta e, evidentemente, por não ser engenheiro agrônomo, as perguntas têm de ser um tanto ou quanto destituídas desse fundamento técnico do DNOCS.

Eu gostaria de saber se a irrigação, que é hoje no Brasil tão defendida, até aqui, se ela oferece os resultados esperados, se compensa a política de irrigação no combate aos efeitos da seca.

O SR. VICENTE VIEIRA — Na realidade, o impacto econômico forte na economia da região ou do País, em termos de irrigação, dependeria, em primeiro lugar, de uma área irrigada em larga escala também. Infelizmente, em termos nacionais ou regionais, a área irrigada ainda e quase que uma *ara piloto* em

termos de necessidade e em termos desses resultados econômicos. Mas nestes projetos ainda considerados pilotos, o resultado econômico é bastante satisfatório. Embora estejamos ainda em uma fase praticamente ainda de consolidação tecnológica, sobretudo na região Nordeste, com poucos anos relativamente de experiência em projetos de irrigação de largo porte, constatamos que, apesar das deficiências ou das ineficiências mesmo de caráter administrativo, os perímetros de irrigação, tanto do DNOCS quanto da Codevasf, têm apresentado resultados bastante satisfatórios em termos de fixação irrigante, em termos de desenvolvimento socio-econômico daquelas famílias.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Eu perguntaria sobre o destino do DNOCS. Houve uma grande apreensão no Nordeste a respeito do DNOCS; primeiro se dizia que ele sofreria fusões; depois falaram que a sede do DNOCS, o seu comando poderia vir para Brasília. Outros falavam na sua pura e simples extinção.

Sr. Presidente, isso preocupou sobremaneira, haja vista principalmente essa queixa que todos nós nordestinos temos, essas queixas do Deputado Ubiratan Aguiar, queixas que foram aqui proferidas por ele, mas que são queixas de todos nós, os recursos para o Nordeste são sempre poucos, escassos. O Governo sempre nagaceia com relação ao Nordeste, e isso ao longo de toda a História. E o DNOCS é talvez um órgão da maior importância.

Eu gostaria que o Dr. Uirandé Augusto Borges explicasse, na verdade, quais os planos que ele conhece e que podem resultar numa ameaça à subsistência do DNOCS.

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Inicialmente, complementando a resposta à pergunta anterior que V. Ex.^a fez, a irrigação, dentro dos perímetros irrigados do DNOCS, tem tido resultados muito satisfatórios. Basta que se diga que temos conseguido triplicar a produtividade dos nossos perímetros, levando inclusive a vantagem de que o clima ali nos favorece, porque temos 12 mil horas de sol por ano. Isso facilita a que possamos, em alguns tipos de cultura, ter até 2 ou 3 safras por ano. Esses perímetros irrigados, ora existentes, estão servindo mais como pólos difusores da tecnologia da irrigação.

Quanto à pergunta que V. Ex.^a fez agora, tenho a dizer que essas informações a respeito da transferência da direção do órgão para Brasília, como a da fusão do DNOCS com outros órgãos, de sua extinção, elas nasceram na imprensa do Ceará, elas nunca tiveram nenhum fundamento. Talvez uma especulação de parte da imprensa cearense tenha provocado esse tipo de insinuação. Mas, jamais o Ministro Vicente Fialho, a quem o DNOCS está vinculado, abordou esses assuntos. Portanto, é uma mera especulação.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Para encerrar esta minha participação, eu gostaria de fazer uma última pergunta.

O DNOCS, desde os seus tempos iniciais, quando ainda era uma Inspetoria, etc., ele se notabilizou pelos estudos que foram realizados a respeito das causas da seca. Estamos aqui numa Comissão que trata dos efeitos danosos da seca. O DNOCS se notabilizou, através de seus estudos realizados, através de grandes intelectuais que passaram por ali, passando a ter uma atividade identificatória do fenômeno da seca. Ocorre que ao se ler muitos trabalhos sobre a seca, ao conversar com astrônomos, com os mais diversos técnicos, inclusive agora, nesta era mais avançada das informações de satélites, etc., nunca se chega a um acordo exato sobre o que causa a seca, o que é que a agrava, etc. Ao mesmo tempo vivemos um tempo de desequilíbrio natural. Hoje, as emissoras de rádio aqui em Brasília estão advertindo para que as pessoas fujam dos raios solares no período de meio-dia às 14 horas, porque a camada de ozônio teria sido atingida barbaramente por gases produzidos pelo homem, etc... e tal. Isto parece muito fantasioso, de qualquer maneira, é algo que aí está.

Pergunto ao Dr. Uirandé A. Borges se o DNOCS tem verbas para dar continuidade a esses estudos, principalmente em relação à esta literatura do DNOCS tão importante sobre as secas, ela continua no mesmo nível da década de 30, da década de 40? O DNOCS tem esses estudos preparados? E se os tem, eu gostaria que o DNOCS os enviasse aqui para nós, para o nosso conhecimento, dos principais trabalhos a esse respeito, que são da maior importância. E uma das importâncias básicas do DNOCS, para mim, é exatamente o valor do seu funcionário, do seu técnico, porque ali sempre estiveram pessoas de mais alta expressão, como agora. Apenas não estou informado se aqueles estudos têm continuidade agora. Gostaria de saber.

O SR. VICENTE VIEIRA — (Fora do Microfone) — Na realidade, não havia estudos para determinar as causas da seca, era uma constatação da situação da seca, dos seus efeitos, toda a sua história de recursos naturais da região, o que não era conhecido na época. Havia muitos pesquisadores de flora, de fauna, etc., que contribuíram para o desenvolvimento da região.

Sobre o problema da causa da seca, realmente, é necessária uma pesquisa mais meteorológica. Não tivemos realmente uma participação de grande porte com relação à pesquisa meteorológica. Posso acrescentar que, há cerca de dois ou três anos, tivemos a oportunidade de sediar em Fortaleza um Congresso Internacional de Meteorologia em Zonas Tropicais, quando cientistas de todo o mundo estavam interessados em correlacionar fenômenos meteorológicos de causa e efeito, tentando identificar algumas causas do ponto de vista da circulação global atmosférica em toda a Terra, para detectar, em certas regiões, onde se dariam aquelas secas. Há duas vertentes de pesquisa; uma procura, sob o ponto de vista meteorológico, tentar distinguir a causa. Uma delas, por exemplo, seria o fenômeno

oelino onde o INPE e outras instituições internacionais têm procurado correlacionar certos fatores de corrente marítima, de temperatura de superfície marítima, correlacionar isso com seca em determinadas regiões do mundo. Isto está ainda em evolução, há alguns indicadores, algumas informações em termos científicos, mas pelo que se sabe não existe ainda uma definição precisa das causas da seca no Nordeste. O nosso trabalho no DNOCS, como disse, tem sido mais no sentido de entender o efeito da seca e conviver com ela conhecer a região, do que propriamente pesquisar as causas científicas da seca. Um outro aspecto que tem se apresentado é o problema do estudo estatístico, sobre chuvas na região que tem sido feito por outra vertente das pesquisas em termos de seca, que é exatamente essa constatação de secas periódicas e procura-se, num embasamento estatístico, verificar essa periodicidade que ocorre. Alguns tentaram correlacionar com manchas solares e não chegaram a uma definição completa. Hoje em dia continuam as pesquisas, tanto no sentido estatístico quanto no sentido de causa e efeito do fenômeno científico. Da parte do DNOCS, não somos um órgão de pesquisa, somos um órgão executor de obras, continuamos a fazer estudos relacionados aos nossos projetos, para conhecimento das regiões, etc., mas não para definição das causas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, só um detalhe que me havia esquecido. O aproveitamento da água que não é muito apropriada, não a água salgada do mar, mas a salobra. Gostaria de saber se há algum estudo do DNOCS a esse respeito. Porque no Ceará há lençóis d'água totalmente perdidos, sem nenhuma utilidade, por causa do teor de sal. A informação que tenho é essa, quando foram feitos vários estudos à época em que assessoriei o Governo do Estado do Ceará. Gostaria de saber se esses estudos pararam ou se continuam; se é inviável o aproveitamento dessa água imprópria para o consumo humano, principalmente, ou mesmo para consumo animal e que poderia ter aproveitamento, após processo de purificação.

O SR. VICENTE VIEIRA — O tratamento de águas salinas ou salinizadas, quer superficiais ou subterrâneas, ainda não tem uma forma econômica de cristalizá-las. Já existem inúmeros métodos de salinizar, estes que são conhecidos, que inclusive, saliniza a própria água do mar em várias regiões do mundo. Mas, ainda, é um método muito caro. Acredito que o País possa avançar, neste tipo de pesquisa brasileira, no sentido de tentar achar a forma mais econômica, sobretudo, associando, talvez, a energia solar simultaneamente com o problema da dessalinização. Parece-me que essa via de energia solar vinculada ao problema da dessalinização de poços venha se tornar econômica em pouco tempo. A nossa esperança é que a coisa se viabilize através da energia solar.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Muito obrigado. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Esta Presidência pede ao Dr. Uirandé A. Borges que anote as questões formuladas pelos Srs. Membros da Comissão. Peço, mais uma vez, que os deputados e senadores reduzam o tamanho da exposição ao formularem as perguntas, para que todos possam participar dado o adiantado da hora.

Dr. Uirandé, o senhor anota e acumula as questões respondendo ao final já concluindo a sua exposição.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA — Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, Dr. Uirandé Borges:

Ouvimos atentamente a explanação de V. S^a bem como, anteriormente, a do Ministro Vicente Cavalcante Fialho, do Ministro João Alves, do Interior. Esta Comissão, depois de tantas que se instalaram aqui no Congresso Nacional, para procurar uma maneira de resolver problemas da seca, não fazendo com que caia chuva no Nordeste, mas acostumando o homem do Nordeste ao clima seco, como se acostumou o homem de outros países, a exemplo da Europa, ao gelo, esta Comissão foi instalada para apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao País, e principalmente a região do Nordeste, pelos órgãos responsáveis pela falta de cuidado das administrações. Mas como o nordestino é uma pessoa de muita fé e de muita esperança temos observado, durante os trabalhos desta Comissão, que ela não está preocupada em procurar as bruxas, em ver quem pecou, quem errou; quem aplicou 550 bilhões de cruzeiros em 1983 naqueles programas de emergência do Nordeste onde se alistaram quase 4 milhões de nordestinos. Ela está preocupada, mais uma vez, em colher do Ministério de Irrigação, do Diretor-Geral do DNOCS e seus assistentes, do Ministério do Interior, da Sudene e dos órgãos mais ligados aos problemas do Nordeste, um projeto para levar ao Presidente da República e ver se acostuma o homem nordestino aos problemas climáticos. Temos observado que esta Comissão não está preocupada, repito, em apurar os prejuízos, está preocupada em resolver os problemas da seca do Nordeste. E o Presidente Sarney ao anunciar que iria irrigar um milhão de hectares no Nordeste, já sabemos que não vai. O DNOCS ficou para irrigar cento e vinte e poucos mil hectares. Pergunta-se: O DNOCS já fez o projeto para irrigar cento e vinte e dois mil hectares? Onde? Como? Porque até o ano passado — não sei este ano — o DNOCS com seus técnicos com a boa vontade de trabalhar, mas não tinha o principal, que era o dinheiro. Não sei ainda neste ano de 1987. Então, uma das perguntas é esta.

Acompanhei de perto, nas margens do São Francisco, a implantação de projetos audaciosos para o Nordeste e para o Brasil, construídos pela Codevasf, a infra-estrutura de 50 mil hectares de terras irrigadas, feitas em Petrolina e Juazeiro. É absurdo o que se gasta para infra-estruturar um hectare de terra ou

50 mil hectares de terra e ali assentar mil e poucos colonos.

Tenho acompanhado os projetos humildes, simples, do DNOCS, e até trabalhei em Custódia. Acompanhei Poço da Cruz — não está aqui Poço da Cruz — Salgueiro, Boa Vista, trabalhei nesses projetos. Vemos que é um projeto simples onde se assenta o homem e ele produz.

Outra pergunta. Se temos 15 bilhões de m³ de águas nos açudes públicos do Nordeste, pergunto se os projetos de irrigação desses cento e poucos mil hectares estão não apenas para serem projetos públicos, mas também para aproveitar nas bordas dos açudes, nas vazantes, nas juzantes, aquelas pessoas que possuem uma gleba de terra. Quer dizer, ao invés de indenizar aquele minifúndio, e ali passar com o projeto, dar-se-ão condições para que aquelas pessoas possam produzir naquelas terras.

Também, se não puder agora, mas depois, que V. S^a informasse aqui à Comissão o preço, em dólar — porque em cruzado não adianta pois todo dia muda — que utiliza o DNOCS para irrigar um hectare de terra, para infra-estruturar essa irrigação. Queremos fazer aqui um paralelo entre o projeto intra-estruturado para irrigação pelo DNOCS e pela Codevasf. Depois, vamos pedir ao Deputado César Cals Neto que, em seu relatório, juntamente com toda esta Comissão, sugira aos órgãos que não venham com tanta sofisticação para esses projetos, porque assim, exatamente, vêm trazer mais um prejuízo ao País e não um desenvolvimento.

Quero, inclusive, agradecer a atenção que V. S^a tem tido a correspondências que tenho enviado, às solicitações para esses problemas, porque sou pernambucano exatamente da região mais seca e participo do sofrimento daquele povo. Onde tem um pouco d'água o povo quer um pouco de condição para produzir.

Muito obrigado a V. S^a e a sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Relator desta Comissão, Deputado César Cals Neto.

O SR. RELATOR (César Cals Neto) — Em primeiro lugar, queria agradecer a atenção do Dr. Uirandé Augusto Borges em participar dos depoimentos desta Comissão. É uma satisfação ver aqui companheiros do DNOCS, como o Dr. Ary Gadelha, o nosso ilustre Professor da Escola de Engenharia, Dr. Vicente Vieira, e outros companheiros do nosso velho e querido DNOCS.

Antes de fazer algumas perguntas, gostaria de tecer um pequeno comentário. Primeiro, confirmando as palavras do Deputado Gonzaga Patriota, uma das conclusões que já começa a se delinear ao nível desta CPI é a de que a meta de um milhão de hectares está inviabilizada, pela falta de decisão política, pela falta de recursos. Parece até que não conseguimos aprender as lições que existem no mundo afora. Ainda ontem o Ministro do Interior falava que na Índia já existem 40 milhões

de hectares irrigados e se produz, se agrega a cada ano 2,2 milhões de hectares. Nós fazemos uma meta de um milhão de hectares durante cinco anos, e observamos a boa vontade do Presidente — esta aqui, no dia 15 de junho de 1985, o seu pronunciamento lá na cidade de Petrolina falando da meta de irrigar 1 milhão de hectares em 5 anos. Mas os números são completamente desconcertantes da realidade. Nós temos, segundo informações do Ministro Vicente Fialho, 120 mil hectares irrigados. Sendo 30 mil de irrigação pública e 90 mil de irrigação privada em números redondos ao nível do Proine.

Ainda de acordo com as informações do Ministro Vicente Fialho, nós temos para o próximo ano, no âmbito do Ministério da Irrigação como um todo, uma previsão de 350 milhões de dólares. Ora, para completar 1 milhão de hectares estamos precisando fazer próximo de 900 mil hectares. Fiz uma pequena estimativa utilizando 70% de irrigação privada e 30% de irrigação pública e utilizando o dado de 2 mil dólares por hectare de irrigação privada, que significa uma irrigação razoavelmente eficiente, nós precisaríamos de cerca de 1 bilhão e 300 milhões de dólares para investir na irrigação privada e cerca de 1 bilhão e 900 milhões de dólares na irrigação pública. O que dá um total de 3,2 bilhões de dólares para se cumprir os 900 mil hectares que restam para atingir a meta de 1 milhão. Ora, se nós temos no orçamento do Ministério da Irrigação para o próximo ano 350 milhões de dólares, o que significa pouco mais de 10%, ou seja, nesta velocidade levaremos perto de 10 anos para atingir a meta de 1 milhão de hectares, o que a Índia fez em 6 meses. Se aquele país faz 2,2 milhões de hectares por ano, então, faz em 6 meses 1 milhão de hectares.

Realmente, e preciso que nos consigamos com essas contribuições que têm trazido os responsáveis e autoridades nessa área de irrigação, que a nossa CPI consiga levantar uma decisão política de talvez uma das conclusões mais importantes que nós temos de ter e cada companheiro nosso é uma pessoa preocupada com isso, é de com nós vamos produzir nesta CPI alguma coisa que funcione. Temos que gerar um projeto de lei e até alavancar um pedido de urgência determinando um percentual do orçamento da Nação para a irrigação, independente do entusiasmo do Ministro Vicente Fialho, da boa vontade do Presidente do DNOCS ou de outras autoridades, do próprio Presidente da República que nós sabemos que tem boa vontade porque é nordestino. Mas a verdade é que a boa vontade não consegue se concretizar, se cristalizar, se materializar e se executar. É preciso — e aí chamo a atenção dos nossos colegas e do Gonzaga Patriota, um dos entusiasmados, Senador Raimundo Lyra, Celso Dourado, nosso Presidente Teotônio Vilela Filho que é um dos que está mais presente nesta campanha, pois nós temos que nos preocupar com o produto final desta Comissão em termos práticos, para surgir alguma coisa, para que não seja mais uma CPI a entrar nos Anais, nos arquivos, sobretudo, neste momento, quando temos um vice-Pre-

sidente da Constituinte nordestino para se contrapor com os nossos companheiros das outras regiões.

Mas, passando para a parte prática, perguntaria ao Dr. Uirandé o seguinte: Tive conhecimento de uma experiência muito interessante exercida pela Prefeitura de Uberaba em Minas Gerais, não era bem na área de irrigação, mas na área fundiária. Nós sabemos que existe todo um problema de reforma agrária em curso e objeto de uma série de polémicas. A experiência da Prefeitura — e aqui imagino a forma de transplantá-la para a área de irrigação — diz respeito à utilização de uma certa infra-estrutura que existe nas próprias propriedades privadas e uma assistência jurídica para que os agricultores sem terra, os pequenos agricultores, os pequenos empresários possam casar com aqueles proprietários num sistema de arrendamento. Mas, num sistema de arrendamento que não é espoliativo, não é explorador; é um sistema de dignidade, onde a própria remuneração do arrendamento resulta em percentuais compatíveis com o processo produtivo e onde o pequeno agricultor sem terra, ou a pequena empresa, possa, com dignidade, receber os rendimentos da sua terra.

Nesse sentido, vi que o Presidente do DNOCS menciona isto, na pág. 17, quando fala do aproveitamento dos açudes e poços particulares. Perguntaria: Será que não seria o caso de o próprio DNOCS, com o auxílio das prefeituras, pensar numa bolsa de terras no seguinte espírito? Um determinado proprietário tem um açude construído, ou tem um poço já executado e que é ocioso. Até que ponto o DNOCS não poderia dar uma assistência jurídica ou até induzir a que esse proprietário arrendasse as margens daquele açude, para que com a remuneração devida, pudesse propiciar mais empregos, mais produção, mais utilização da infra-estrutura, e ter uma remuneração do seu trabalho? Para o proprietário seria interessante, porque ele deixaria de ter um capital empatado, ocioso, e receberia também, dentro de um critério de racionalidade, uma remuneração por haver colocado à disposição a infra-estrutura que, muitas vezes, investiu ou conseguiu mobilizar que fosse realizada.

Eu perguntaria ao nosso Diretor-Geral do DNOCS se existiria alguma programação daquele órgão que procurasse mobilizar proprietários e sem-terras, com o objetivo de produção nas áreas irrigáveis?

A outra pergunta é para que o nosso Diretor explicasse, um pouco mais, o Propam. Como é que um município tem acesso a esse Propam? O que é que ele tem que fazer, ou se é muito difícil, ou se é inviável, ou se não tem dinheiro de jeito algum?

Quanto a um outro item, eu perguntaria ao Diretor-Geral do DNOCS, — e até o Dr. Vicente Vieira falou sobre o nosso *El Niño* que, traduzindo, é a criança mais perigosa para o Nordeste, porque, quando esse tal de *El Niño* berra no pacífico, parece-me que as coisas esquentam lá pela nossa região.

Mas o CTA anuncia o diabo do *El Niño* novamente. E esse CTA tem uma certa com-

petência de profeta, porque, em 1979, ele anunciou os cinco anos de seca, e o nosso Delfim, a nossa Sudene e outros lá, que, à época, esconderam o relatório, a verdade é que os cinco anos aconteceram, e foi um desastre.

O CTA anuncia que o *El Niño* está voltando, ou até aumentando a sua operação e que, neste momento, as perspectivas são pessimistas em relação ao Nordeste e a outras regiões que vão ter excesso de precipitação.

Finalmente, eu perguntaria ao nosso Diretor-Geral — porque ele conhece —, quem é do Nordeste, em boa parte, conhece o nosso Nenem Pimentel, lá de Fortaleza, amigo de todos nós aqui, que é um estudioso desse problema de previsão das secas e de combate às mesmas; o Nenem Pimentel, numa conversa comigo, disse-me que a Fundação, ou a Universidade, ou alguém lá no Ceará, havia desenvolvido um aparelho que captava a umidade do ar e a transformava em água utilizável para irrigação, para o consumo humano, ou para qualquer tipo de utilização.

Assim, perguntei o preço, porque, como foi colocado aqui antes, se for inviável, seria melhor colocar água num Boeing e levar para fazer a irrigação. Mas ele informou-me que esse mecanismo, essa máquina de transformação era razoavelmente barata e a ele parecia viável.

Assim, eu perguntaria se o DNOCS tem conhecimento dessa experiência e se pretende ver alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Concedo a palavra ao Deputado Celso Dourado.

O SR. CELSO DOURADO — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, companheiros de luta do Nordeste.

Coronel Uirandé, sou um Deputado novato na Casa, mas conheço o DNOCS desde a minha infância, e foi no DNOCS que nos inspiramos para, depois do devido preparo, organizarmos uma empresa de perfuração na região de Irecê, na Bahia, e temos dado alguma contribuição nessa área.

Inicialmente, quero dizer que tenho ficado bem impressionado com a sua atuação à frente do DNOCS nesses dois últimos anos, dinamizando o DNOCS, que parecia, assim, um pouco recantado, meio esquecido. Mas, pelas informações que temos tidos dos funcionários, por sinal o DNOCS tem um bom número de funcionários, quase nove mil e quinhentos, e, naturalmente, a grande força de atuação do próprio DNOCS, também o prestígio e a valorização do técnico do DNOCS, que V. Ex.^a tem estimulado, tem sido de muito valor e significado para a própria dinamização desse órgão. Minha palavra de entusiasmo, de estímulo e de parabéns pela sua atuação nesses dois últimos anos à frente do DNOCS.

Mas, Coronel Uirandé, o Senhor falou de Brumado. Sou baiano. Vou-me restringir aos problemas da Bahia: Brumado, Anagé, Itapicuru. Minha região está muito dependente da perfuração de poços e também da perenização de dois importantes rios da região, afluen-

tes do São Francisco, o rio Verde e o rio Jacaré. O rio Verde, a essa altura, já deveria estar com, pelo menos, dois a três mil hectares irrigados, porque a represa de Miroró está pronta, uma represa de 359 milhões de metros cúbicos. Ela já está pronta há algum tempo, temos um pouco mais de 200 ou 300 hectares irrigados por iniciativa privada, aproveitando a água que a barragem, normalmente, solta para o rio, mas ainda não houve um estudo cuidadoso, um aproveitamento dessa represa; o rio Jacaré, que já está nos planos da Codevasf, para o próximo ano, foi uma vitória que conseguimos em entendimento com o Governo, e já há a perenização do rio. A construção de algumas barragens do rio Jacaré já estão no orçamento do próximo ano.

Com relação a Brumado, fiquei entusiasmado com o que o Senhor colocou a respeito, mas minha preocupação é com os assentamentos. O DNOCS tem dado muito boa contribuição nessa área, mas sei que no Nordeste muitas barragens, muitos açudes são realizados, mas os assentamentos ficam num ritmo muito lento. Gostaria de saber, sobre Brumado, o plano de assentamento. A questão do peixamento acho que é excelente; todo reservatório de água no Nordeste, imediatamente, deve ser peixado, porque o nosso problema é ter alimento para o nosso povo, para o homem nordestino, a fim de que ele se desenvolva normal, tenha uma vida saudável e possa se tornar um agente de atuação no seu meio ambiente, transformando-o e preparando-o para produzir riquezas.

Gostaria de saber como tem sido a exploração desses açudes, desses reservatórios, dessas represas em relação ao peixe. Se têm sido organizadas cooperativas, se há atuação do homem que está próximo a esses açudes, de que maneira ele tem sido beneficiado, ou se a coisa tem ficado muito na base do romantismo ou limitada a determinadas pessoas ou grupos? Naturalmente, que aí envolve a atuação de outros órgãos, como a Sudepe, por exemplo. Estou preocupado em saber se os mais humildes, das margens desses reservatórios, têm sido, realmente, beneficiados? Ou isso tem produzido um mercado, um comércio que, às vezes, beneficia até áreas do sul do País. Sei que em Sobradinho, por exemplo, em determinados momentos, grupos pesqueiros estavam exportando para o sul. Então, o homem do Nordeste, o homem das margens, o homem humilde, pobre, faminto, de que maneira ele tem sido beneficiado?

Também me preocupada um pouco a questão dos funcionários do Nordeste, com quem eu tenho, assim, um maior relacionamento. Na construção dessas barragens, aqueles que são eventualmente convocados, depois recebem algum trato? Qual a participação que eles têm posteriormente? Na irrigação, eles são diretamente alcançados, são beneficiados, inclusive na questão das cooperativas?

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Sr. Deputado, a sua pergunta é se os trabalha-

dores, os operários que trabalham na obra são aproveitados?

O SR. CELSO DOURADO — Exatamente, após a construção. Essa é uma questão para mim.

A questão de poços. O enhor fez referência aí à colaboração espanhola. Como eu estou diretamente ligado a esta área e tenho, inclusive, manifestação de técnicos brasileiros sobre essa cooperação estrangeira, porque nesta área nós temos escolas de Geologia, temos bons técnicos, inclusive eu posso lhe dizer que temos excelentes técnicos, mais ou menos encostados. Então, vem uma colaboração estrangeira...

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Mas aí é mais financiamento.

O SR. CELSO DOURADO — Mais financiamento? Porque houve um congresso em Montes Claros, Minas Gerais, e houve uma preocupação muito grande. Eu creio que o Sr. tem conhecimento disso. Os geólogos brasileiros, do Nordeste, do Norte e do Sul, ficaram muito preocupados com essa colaboração porque transpirou na imprensa que viriam técnicos, e nós temos técnicos de excelente nível.

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Nós temos tecnologia de perfuração de poços.

O SR. CELSO DOURADO — E, às vezes, nós temos tido a experiência de convênios com grupos estrangeiros que depois subcontratam os nossos para realizar os trabalhos. Então aí eu gostaria de ouvir a sua palavra nesse sentido.

Com relação a Itapicuru, quais são os municípios da Bahia que vão ser beneficiados com a Barragem de Itapicuru? Eu conheço a área e gostaria de saber.

A última questão é a questão fundiária próxima a essas barragens e a esses reservatórios. Se há uma preocupação, já que nós temos o plano de reforma agrária, com a questão fundiária, próxima a esses reservatórios e qual é a política do DNOCS neste sentido; se ele tem algo a ver com isso. São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, Senador Teotônio Vilela, Sr. Relator César Cals Neto, Sr. Diretor-Geral do DNOCS, Dr. Uirandé Augusto Borges, Srs. Diretores do órgão aqui presentes, companheiros da Comissão.

Gostaria de ter participado, mesmo sem integrar formalmente esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — É uma honra para nós Senador.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito obrigado, Presidente, é generosidade de V. Ex^a

Aqui estou para trazer não apenas ao Presidente deste órgão e aos seus integrantes a manifestação do meu apoio e, sobretudo, do estímulo para que esta CPI não seja mais uma

CPI que ao invés de fortalecer esse instituto de fiscalização e controle, esta Comissão possa frustrar a expectativa da opinião pública nordestina.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — A última coisa que nós queremos, Senador Mauro Benevides, é que ao final dos nossos trabalhos um jornal qualquer dê como manchete "A CPI da Seca deu em água". Nós não poderemos permitir.

O SR. MAURO BENEVIDES — A exposição feita pelo Diretor-Geral do DNOCS, Dr. Uirandé Augusto Borges, vai levar-me a fazer a S. S^a duas interpelações.

Ouvi aqui todas as inquirições proferidas pelos companheiros Gonzaga Patriota, Celso Dourado, o César Cals Neto que, como Relator, também já se manifestou a respeito. Não sei se S. Ex^a vai ainda no final tecer outras considerações, mas eu gostaria de indagar do Dr. Uirandé Augusto Borges o seguinte: se o potencial hídrico, decorrente do armazenamento desse grande reservatório que tem o DNOCS, se esse grande potencial hídrico já começou a ser utilizado para uma contribuição que eu reputaria inestimável nesta hora para diminuir o draconiano racionamento de energia elétrica na nossa região.

E para essa pergunta eu apresento uma justificativa. Porque sabem os Srs. Senadores e Deputados aqui presentes que em julho desse ano, premido por todas essas dificuldades, sobretudo o atraso das obras de Itaparica, a extensão do linhão do Tucuri a Presidente Dutra e, sobretudo, a baixa hidráulidade da região do São Francisco, nós fomos compelidos a conviver com o racionamento de energia elétrica.

E o Presidente, através de um decreto que foi saudado com a maior euforia por todos nós, na solenidade que contou com a presença não sei se dos 151 deputados e 27 senadores, mas foi uma solenidade que marcou a grande intenção do Presidente Sarney em atender à Região Nordeste, naquela ocasião, através desse decreto em que está prevista a conclusão de Itaparica, o início efetivo do Xingó, a extensão desses linhões de transmissão, enfim, estava previsto que imediatamente o Nordeste seria suprido em 300 megawatts, através de usinas termoelétricas que coadjuvavam tudo aquilo que tem sido feito em termos de distribuição de energia elétrica na região.

Eu diria hoje a esta comissão e ao Dr. Uirandé Augusto Borges para que ele entenda a razão e a justiça da pergunta que lhe transmito nesse momento sobre a participação do DNOCS através do seu potencial hídrico para suprir a região de energia elétrica que, ontem, colocando o seu de acordo na exposição de motivos do Ministro Aureliano Chaves, o Presidente da República praticamente invalidou o decreto, porque ao invés de autorizar os 300 megawatts previstos como indispensáveis, DNAEE, CCON, CHESF, enfim, todos os órgãos que atuam no setor entenderam como mínimo aquilo que estava estabelecido no decreto dos 300 megawatts.

Então, o Presidente ontem autorizou apenas 120 megawatts, o que em razão dessa baixa hidráulidade da região do São Francisco vai nos levar para uma situação ainda mais dramática em 1988, e nos, da representação política da região, dessa região que foi reputada prioridade da Nova República, e não quero questionar nesse momento, a intenção do Presidente, mas o fato e que nos estamos diante de uma realidade insuperável nesse momento. Quer dizer, vai-se agravar o problema da energia elétrica na região!

E a pergunta que fica, então, ao Diretor-Geral é se o nosso DNOCS, nos seus 68 anos de funcionamento, estaria disposto a se engajar nesse projeto utilizando tudo que fosse represa, tudo que fosse açude, disso resultando, naturalmente, com viabilidade econômica, o aproveitamento do seu potencial, até mesmo sem viabilidade econômica, se nós poderíamos reduzir esse racionamento, pois pelo que se pressente, e eu conversei ontem com técnicos do DNAEE que fizeram uma exposição extremamente preocupante, se o DNOCS tem condições de contribuir nessa área?

A segunda pergunta é transmitindo uma apreensão que se gerou entre técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, esse DNOCS que ao longo do tempo prestou inestimáveis serviços à região, desde a antiga IFOCS até hoje. Se o DNOCS se acha na iminência de fusão com outros órgãos governamentais dentro de um programa que se anuncia, mas que ninguém vê cumprir, e seria muito bom que não se cumprisse com relação ao DNOCS, ao contrario o que deveria haver era o revigoramento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para que ele, ajudado com recursos de todas as formas, melhor pudesse cumprir os seus objetivos institucionais.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Passo a palavra ao Dr. Uirandé Augusto Borges para responder às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados e Senadores e ao mesmo tempo concluir o seu depoimento de hoje nesta comissão.

O SR. UIRANDÉ AUGUSTO BORGES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a primeira pergunta do Deputado Gonzaga Patriota diz respeito a se o DNOCS já dispõe de projetos para alcançar a meta de 122 mil hectares.

Então, quero informar que, logo quando foi dada a missão ao DNOCS para irrigar 122 mil hectares, a nossa primeira providência foi verificar se dentro dos perímetros em operação poderíamos atuar de uma maneira que pudesse ampliá-los. Isso foi feito e está sendo realizado, no momento. As obras civis foram iniciadas imediatamente. Quanto ao restante — essa participação dos atuais perímetros irrigados, no que diz respeito à sua ampliação, seria diminuta em relação à meta estabelecida. Mas, o DNOCS já lançou a licitação e já contratou todos os projetos no sentido de alcançar a meta dos 122 mil hectares. E tanto isso é verdade que fazendo um retrospecto, temos no Piauí, no Gurguéia, 30 mil hectares, no

Baixo Acaraú mais 30, no Tabuleiro de Russas 25, em Morada Nova, 10 mil hectares, em Moxotó mais 3 mil hectares, o Curupaipaba 2 mil e 400, no Brumado 5 mil hectares, no Itapicuru 30 mil, utilizando águas subterrâneas, e 12 mil das águas superficiais, (Iaçu 15 mil hectares. Assim, de um relance, temos uma noção de que essa meta será alcançada. Todos os projetos já estão em elaboração e deveremos receber, já no fim deste ano, em dezembro e começo do próximo ano, os primeiros módulos de todos esses projetos, uma vez que o contrato com a empresa que elabora os projetos reza que a sua entrega será feita em módulos de 5 mil hectares a cada 6 meses de elaboração.

A outra pergunta do Deputado Gonzaga Patriota, como V. Ex.^{as} devem ter recebido uma relação por Estado de todas as barragens que serão utilizadas nesses Estados para a irrigação.

Essa utilização dos açudes já construídos para a irrigação não estava prevista no plano de metas, mas nós estamos iniciando no próximo ano. Portanto, é um acréscimo que estamos fazendo nas nossas metas. Quero informar ainda que estamos concluindo a eletrificação rural das margens do açude Lima Campos, no Ceará; são 22 km de rede elétrica e 12 km de estradas vicinais, já para dar condições a que aqueles vazanteiros utilizem a energia para a irrigação e utilizem as estradas vicinais para o escoamento dos seus produtos. Estamos também energizando toda a bacia do Orós, que foi concluída há 27 anos, mas somente agora estamos dispondo de recursos para estender energia elétrica em torno do lago formado por aquela barragem

Em Pernambuco, que é a terra do nosso Deputado Gonzaga Patriota, nós já iniciamos este ano o aproveitamento hidroagrícola, a montante e a jusante das Barragens de Entremontes, Saco II, Rosário e Saco I, já numa forma de atender a essa necessidade de aproveitamento da água acumulada nesses açudes.

Isso necessita de um esclarecimento. Os perímetros públicos de irrigação têm mais função social do que econômica. Eles servem, também, como pólos difusores da nova tecnologia de irrigação. Como eles têm um objetivo mais social, nós temos que construir uma infra-estrutura coletiva e urbana. Então, no custo desses perímetros irrigados entram os lucros habitacionais. Além da infra-estrutura necessária à irrigação, compõe também o custo desses perímetros irrigados, perímetros cúbicos, esses serviços de apoio. Então, são aquelas obras institucionais, como escolas, postos de saúde, residências para os agricultores. Cada agricultor, cada colono, recebe um lote habitacional com toda infra-estrutura, uma casa completa. A energia, água, e ainda essas outras construções institucionais como escolas. Isso encarece demais o projeto. Por isso é que os perímetros irrigados saem com um custo muito elevado, cerca de 6, 7 mil dólares por hectare. Se fosse só estrutura de irrigação, talvez chegasse a uns dois mil, três mil dólares.

É essa a causa do custo dos perímetros públicos irrigados.

Por aí se justifica o que o Deputado César Cals Neto falou que quando diz respeito à irrigação privada estes recursos baixam para 2, 3 mil hectares. Então, está explicado o motivo, a causa.

Quanto ao Deputado César Cals Neto, ele falou sobre o aproveitamento das barragens, inclusive privadas, particulares, para agricultores sem terra

O DNOCS construiu 283 barragens até hoje, e nós, no ano passado, elaboramos o projeto para aproveitamento hidroagrícola com assentamento de agricultores sem terra em 20 barragens.

Esses projetos já estão concluídos e nós estamos aguardando os recursos em 1988 para iniciarmos esse aproveitamento hidroagrícola. Então, ao longo da bacia hidráulica nós vamos assentar agricultores sem terra, dentro do que solicita e propõe o Deputado César Cals Neto.

Quanto à utilização dos açudes particulares, nós não podemos interferir. Legalmente não temos como fazer esse assentamento de colonos em terras particulares, a não ser que desapropriemos. Agora, poderemos examinar uma maneira de conciliar essa situação. O DNOCS, através das suas residências de engenharia rural, que se espalham por todo o semi-árido nordestino, cerca de 27 ou 28 residências de engenharia rural, nós estamos prontos, temos infra-estrutura para orientar o homem do campo, o pequeno proprietário na elaboração de seus projetos. Em cada residência de engenharia rural nós temos um núcleo de técnicos treinados para dar assistência, elaborar os projetos de irrigação a particulares como, também, de prestar assistência.

Quanto às condições de programa de pequena açudagem no semi-árido nordestino, o Deputado César Cals Neto pediu para esclarecer.

Esse é um programa de cooperação com as prefeituras.

Durante a exposição eu mostrei os dados sobre o que foi o programa de cooperação existente do DNOCS até 1960. Esse programa de cooperação, que era com particulares e com prefeituras, acumulou 1 bilhão e 712 milhões de metros cúbicos. Foi uma grande contribuição que o programa deu ao semi-árido nordestino em termos de acumulação de águas superficiais, mas, em 1970 ele foi extinto. Em 1985, quando assumimos a direção do DNOCS, conseguimos com o Ministro do Interior na época, a quem o DNOCS na época estava vinculado, introduzir novamente na programação da açudagem no Nordeste do DNOCS esse programa em cooperação com as prefeituras. Em que consiste? Desde que haja o interesse do prefeito, ele procura o órgão e faz o seu pedido de construir uma barragem, duas ou três, em cooperação com o DNOCS.

O DNOCS manda uma equipe de técnicos examinar os locais por ele indicados, para ver a sua viabilidade técnica. Se a houver, elabora o projeto e participa dos custos da obra em

30%; a prefeitura entra com os 70% restantes. Realmente houve uma limitação, este ano, que foi o primeiro ano da implantação, uma vez que em 1985 o nosso orçamento, quando eu o assumi não previa esse programa de pequenas cidades; não constava do orçamento recursos para esse fim. Conseguimos, em 1986, apenas 10 milhões de cruzados, uma importância ínfima, e este ano 28 milhões de cruzados. Com essa pequena importância conseguimos construir duas barragens no Piauí, uma em Alagoas, mas para o Rio Grande do Norte e cinco no Ceará. Vejam V. Ex.^{as} como os recursos foram multiplicados. O que limita o desenvolvimento desse programa são justamente os recursos, mas para o próximo ano, graças ao apoio incondicional do Ministro Vicente Fialho ao DNOCS, incluímos no orçamento a importância de mais de 300 milhões de cruzados para esse programa de pequenas cidades. Com esses recursos poderemos melhorar muito mais o desempenho desse programa.

Quanto à previsão das secas e a transformação da umidade do ar em água, temos convênio para pesquisa, através do Ministério da Irrigação com a Fundação João Ramos, mas não nos chegou às mãos ainda o resultado dessa pesquisa da Fundação, a respeito da transformação da umidade relativa do ar em água potável. Portanto, vamos entrar em contato com a Fundação João Ramos para justamente analisar em conjunto e avaliar os resultados dessa descoberta.

Quanto à dessalinização, abordada aqui pelo Senador Cid Carvalho, e que o Dr. Vicente Vieira explicou muito bem, há três meses solicitamos a presença de uma empresa de São Paulo para fazer uma exposição e uma demonstração sobre o assunto.

Os empresários dessa área estiveram fazendo uma demonstração para nós e realmente o resultado é ótimo, mas é antieconômico. Parece que eles conseguem, em um poço, dessalinizar 30 mil litros por mês. É um preço altíssimo: sai por 5 milhões de cruzados, só o investimento inicial. Realmente, é antieconômico.

Sobre a influência do "El Niño" na situação climática do Nordeste, que o Dr. Vicente Vieira, que é técnico no assunto, PhD em recursos hídricos nos Estados Unidos, por isso que pedimos a colaboração dele para dar aquelas explicações

Mas esse episódio do *El Niño* realmente ainda não está cientificamente comprovado. Talvez tenha havido coincidências. No ano passado, em agosto, tivemos a informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de que poderia ocorrer uma seca no Nordeste este ano ou, então, um inverno irregular. Realmente, foi o que ocorreu, mas o DNOCS tomou as suas providências.

Em novembro do ano passado, encaminhamos à Sudene um plano de emergência para combater os efeitos de uma provável seca ou de um inverno irregular, antes até de se iniciar o período de chuvas do Nordeste. Depois, já em março, encaminhamos outro programa de emergência, um programa de combate aos

efeitos da seca verde, um plano para execução em 60 dias, tudo com o apoio do Ministério da Irrigação e, posteriormente, encaminhamos outro programa para aplicação nos oito meses restantes da seca.

Sobre esse *El Niño*, tenho aqui, até por coincidência, um relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, feito através da Revista "Clima Análise", que diz o seguinte:

"O episódio *El Niño*, a oscilação sul, o enos... — porque eles chamam de enos à conjunção dos dois fenômenos a oscilação climática com a temperatura na superfície do mar do Pacífico Tropical.

"As análises das anomalias da circulação atmosférica e das temperaturas da superfície do mar, no Pacífico tropical, durante o mês de setembro, e as últimas informações do Centro de Análise Climática dos Estados Unidos mostram que o episódio enos, ora em curso, continua a persistir no Pacífico"

E mais adiante diz o seguinte:

"O quadro atual deste episódio enos não indica que ocorrerão flutuações climáticas de grande magnitude no País nos próximos meses, associadas a esse fenômeno. Entretanto, como o presente episódio encontra-se ainda em sua fase madura, manteremos um monitoramento contínuo de sua evolução."

Então, tudo é feito em bases ainda praticamente empíricas. Não há nada científico que possa comprovar que ha uma correlação entre a anomalia da circulação atmosférica e a temperatura da superfície do mar, no Pacífico tropical, com as secas ou as enchentes do Sul do País.

Acredito que tenha respondido às indagações do Deputado César Cals Neto.

O Deputado Celso Dourado, primeiro, indagou-nos a respeito do rio Verde, que, se não me engano, é represado pela barragem de Mirorós. Sobre Mirorós, a CODEVASF já tem um projeto de irrigação pronto, aliás, um grande projeto de irrigação, para mais de dez mil hectares.

Sobre o outro projeto, a que V. Ex.^a se referiu, sobre o rio Jacaré, também a CODEVASF está tratando de utilizar os seus recursos hídricos.

A outra pergunta do Deputado Celso Dourado é de como será feito o assentamento dos colonos.

Segundo a orientação do Ministro Vicente Fialho, que é a orientação do Ministério da Irrigação, o DNOCS agora busca uma cooperação mais estreita com a comunidade, no que diz respeito ao assentamento. Se errarmos, queremos errar com a comunidade; queremos todos os segmentos da sociedade participando desse assentamento tanto isso é verdade que foi instituída uma comissão para processar a seleção dos futuros colonos. Dessa comissão fazem parte a Prefeitura, a Igreja — temos o bispo Dom Hélio e o Padre Dias, que eu conheço, porque ele é um defensor zeloso dos que não têm terra, e todos nós

o somos — o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o DNOCS.

O SR. CELSO DOURADO — Porque os senhores não colocam também a Câmara de Vereadores para fazer parte dessa comissão? Digo isso porque visito frequentemente a região, sou Deputado pela Bahia e há uma queixa da comunidade em relação a isso; não é uma queixa, mas um registro que eles fazem; não é problema político, não é problema de PFL, PMDB, PT, não é nada disso. Teríamos uma representação mais completa, com o Executivo, o Sindicato, a Igreja, o próprio DNOCS e o quinto representante, o voto de decisão, seria da Câmara de Vereadores, não somente para o caso de Brumado, mas para o País como um todo. Visitei a região há pouco tempo e estive até com o Ministro Fialho. Eu queria registrar, embora não esteja inscrito para falar, já terminou o prazo, mas registrar a nossa satisfação com o trabalho que o DNOCS fez, tanto em Brumado como em Gavião. Essa sugestão do quinto membro eu a fiz ao Ministro Vicente Fialho. Eu gostaria que ficasse registrado nesta CPI que a Câmara de Vereadores representa tão bem a comunidade quanto a prefeitura. O Executivo e o Legislativo poderiam realmente participar com paridade nessa Comissão, para facilitar os trabalhos. A Câmara poderia ser representada pelo Presidente, pelo Secretário ou por um membro escolhido na hora, por votação. Fica esta sugestão para V. Ex.^{as}

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — V. Ex.^a já expôs essa sua idéia ao Ministro?

O SR. CELSO DOURADO — Eu já conversei com o Ministro sobre isso e vou voltar a falar com ele, porque num dia de visita nunca se pode concretizar nada; mas na conversa que tivemos eu fiz essa sugestão. Seria bom, para toda a região que essa Comissão tivesse representantes da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores, porque tem município que a maioria na Câmara é de um Partido e o Prefeito é de outro. Então, seria uma maneira de administrar com menos atritos. Parabens ao DNOCS pelo excelente trabalho que faz na região, no Estado da Bahia como um todo, notadamente, Brumado e Gavião. Mas registro também que, infelizmente, as obras andam muito devagar, o que não é culpa do DNOCS, é culpa do Ministro da Fazenda

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Muito obrigado. Vou levar essa idéia ao Ministro e acredito que ela será plenamente exequível.

O SR. CELSO DOURADO — Eu vou inclusive telegrafar para S. Ex.^a hoje, para dizer que estive nesta CPI.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Ainda atendendo ao Deputado Celso Dourado, ele nos perguntou como tem sido a exploração da piscicultura nos açudes e se há cooperativas de pescadores.

Realmente essa é uma grande dificuldade do DNOCS, porque nós temos 283 açudes hoje, e administrar 283 açudes só com muitos recursos.

O SR. CELSO DOURADO — As cooperativas não podem ajudar?

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Não podem. Em quase todos os nossos açudes nós temos colônias de pescadores registradas, com estatutos próprios, são pessoas jurídicas. A nossa dificuldade é na fiscalização da pesca, para evitar a pesca predatória. Só para os senhores terem uma idéia, a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é a maior barragem do DNOCS, que acumula dois bilhões e quatrocentos milhões de metros cúbicos, tem de perímetro 150Km. Então, nós precisaríamos de barcos a motor, no mínimo, 10 barcos a motor, 10 funcionários para poder fazer a fiscalização adequada, positiva.

O SE. CELSO DOURADO — Daí a necessidade das cooperativas de pequenos pescadores, pescadores quase artesanais, que poderiam ajudar nessa fiscalização.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Inclusive com a fixação da malha da rede.

O SR. CELSO DOURADO — Exato. Porque eles começariam a se conscientizar de que é interesse deles e não permitiriam uma pesca predatória de elementos que querem tirar vantagens imediatas.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Realmente, elas também têm essa finalidade, foram criadas com essa finalidade.

O SR. CELSO DOURADO — Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque no Nordeste há um dos maiores graus de desemprego do País e uma carência de alimentação muito grande. Só para registrar, na Barragem de Sobradinho, lá na Bahia, nós temos cerca de 10 mil pescadores cadastrados pescando no lago, e 10 mil empregos na região semi-árida, na região seca. Além do emprego e da renda, o senhor pode avaliar quanto há de alimentação em termos de proteína para a população.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Nós estamos destinando, no próximo ano, uma verba substancial para o setor pesqueiro, 30 vezes maior do que o orçamento deste ano. Assinamos convênio com a Sudepe que também vai nos ajudar nisso. A Sudepe tem grande quantidade de barcos apreendidos em seus depósitos e vai nos ceder barcos, para que possamos fazer uma fiscalização mais adequada e também participar de um programa de apoio ao pescador de nossos açudes em termos de infra-estrutura, frigoríficos, entrepostos de pesca, para que eles mesmos explorem e comercializem. Assinamos há dois ou três meses com o Superintendente da Sudepe um convênio nesse sentido, que não vai ficar somente no papel; é para ser executado realmente. Receberemos, nos próximos dias, equipamentos solicitados pelo DNOCS, que fazem parte do bojo do convênio; é uma prova de que ele realmente já está surtindo efeito.

O SR. CELSO DOURADO — A Sudepe tem uma grande experiência, embora esteja muito atrasada, com relação as colônias de pesca-

dores. E a Marinha também ajuda muito a nível do mar e a nível interno do País. Existe hoje realmente um grande potencial para ajudar na atividade pesqueira.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Qual a destinação dos operários que trabalharam nas obras? Com relação a essa pergunta, hoje o DNOCS contrata empresas para construção. No passado, o DNOCS mesmo construía para administração direta e absorvia aquela mão-de-obra não-especializada, os chamados casacos, para a construção das barragens, das suas obras. Mas sempre vinha uma lei que facultava ao DNOCS admitir aqueles que desejassem continuar no DNOCS. Hoje, isso não é mais possível e nós contratamos empresas para construir, com a nossa fiscalização, assistência técnica, e aí nos foge essa iniciativa. Normalmente, aqueles operários que trabalham nas obras são pessoas habitantes daquela região e fatalmente são aproveitados como vazanteiros, como redeiros no lado formado pela barragem.

O Senador Mauro Benevides pergunta se o potencial hídrico armazenado pelo DNOCS nos seus açudes está sendo utilizado para diminuir o déficit energético do Nordeste.

Na nossa exposição e depois dos comentários que foram feitos, informei que nós estamos implantando turbinas, a partir deste ano, em todas as nossas barragens em construção ou em barragens construídas no passado. Já implantamos duas turbinas no Ceará, uma em Pentecoste, outra em Pires de Souza, no Município de Sobral, no norte do Ceará; estamos implantando a de Moxotó em Pernambuco; estamos realizando as obras civis para implantação de uma turbina, para geração de 750Kw na Barragem Edson Queiroz, que já está concluída e vai ser inaugurada dia 12 ou 13 pelo Presidente José Sarney. E breve receberemos uma turbina que será implantada na Barragem Boqueirão, na Paraíba.

O SR. CELSO DOURADO — Dr. Uirandé, um fato que está nos preocupando demais, especialmente a minha região que precisa da energia para bombeamento de água do poço, é que a energia está muito cara. Hoje, tive a reclamação de prefeitos da região de que estão cobrando lá o resultado final, que fica praticamente igual ou até mais caro do que o motor a óleo diesel. Eu não sei se em função do racionamento, mas afinal de contas se é racionamento por questão de água...

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Não, Deputado. É para custear o subsídio que nós estamos dando às eletro intensivas de alumínio, a Alumar e a Albrás, empresas formadas na sua maioria por capital estrangeiro.

O SR. CELSON DOURADO — Coitadinhos! Eles precisam de ajuda, não é?

Porque há pouco tempo realmente a energia, especialmente a energia rural, dava condições excelentes ao pequeno irrigante.

A questão da energia para o Nordeste é de uma importância extraordinária, especialmente para o Nordeste. Quando o senador estava falando sobre o assunto, ele falou do

racionamento e eu disse que era pior do que várias secas; e realmente é! Porque a seca, com a energia, nós podemos superar. A experiência que se tem tido na região é que a energia na roça — eu não gosto nem de falar de energia em fazenda, porque fazenda dá idéia de grandes propriedades, de gente muito bem situada — transforma a qualidade de vida das pessoas, desenvolve a pequena indústria doméstica, que ajuda no orçamento da família, enfim, melhora bastante a qualidade. Mas o preço está alto! Não é sua área, mas é uma preocupação que o DNOCS deve ter no diálogo com o próprio Ministério e com setores diretamente relacionados, porque isso já começa a preocupar demais as regiões.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Inclusive inviabiliza a agricultura! Mas isso já foi pior, há dois meses, a tarifa era a mesma. Mas há uns 2 meses foi assinada uma Portaria do Ministro Aureliano Chaves reduzindo em 50% a tarifa para o meio rural;

O SR. CELSO DOURADO — O que aconteceu foi o seguinte: existia uma portaria do ministro que até 31 de dezembro do ano passado dava um abatimento para a classe rural irrigante; além do abatimento para a rural, tinha um segundo abatimento que era rural e irrigante. E essa portaria venceu em 31 de dezembro e não foi prorrogado certo?

Um mês atrás ou no máximo dois meses, o Ministro Aureliano Chaves — eu tenho o número da portaria — autorizou que fossem prorrogados até 31 de dezembro deste ano os benefícios daquelas reduções tarifárias que vigoraram até 1986.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Qual é o número da portaria?

Eu posso lhe transmitir depois. Até que os estudos que estão sendo feitos a nível de Denai concluíssem qual seria a tarifa real, qual seria a redução de tarifa. Então, provisionamente, até o dia 31 de dezembro, foram prorrogados os benefícios para a classe rural/irrigante, que dava abatimento de 50% na demanda e 30% no consumo. Provisoriamente, está prorrogada a portaria, mas inclusive com data de término, que é 31 de dezembro deste ano; quer dizer, se não houver uma mobilização vai acabar no dia 31 de dezembro.

Senador Teotônio Vilela, aqui se encerram as perguntas dos Srs. Deputados e Senadores

V. Exª me permitiria dar uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Perfeitamente, inclusive franquear-lhe a palavra para qualquer outra explanação.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Senador, eu queria agradecer aqui o seu convite, a sua convocação, à qual atendi com muita satisfação. É uma honra para nós estarmos nesta Casa, para dar esses esclarecimentos aos Srs. Senadores e Deputados, membros da Comissão Seca do Nordeste, e esclarecer um fato que interessa particularmente a V. Exª. O DNOCS, nos últimos anos, realmente não realizou muito pelo seu estado e pelo Estado de Sergipe, justamente por aqueles motivos que

eu externei aqui, uma vez que 90% desses dois Estados, em termos de ação e que nós vamos resgatá-la a partir de 1988. Com os recursos de que dispomos para pequena e média açudagem, nós já temos um plano de atuação em Alagoas e Sergipe; vamos construir pequenas e médias barragens nesses estados. É lógico que precisamos de um estudo técnico dessas barragens a serem indicadas por V. Exª, pelos representantes daqueles dois estados, porque lá, em face à natureza, textura do solo, as águas se salinizam. Então, precisamos programar e projetar bem para que isso não ocorra. Mas fique certo, senador, que nós teremos uma atuação muito positiva no seu estado e em Sergipe.

O SR. — Dr. Uirandé, desculpa a minha interferência, mas na minha região e em quase todo o Nordeste a questão do poço comunitário é de uma importância extraordinária. Muitas pequenas propriedades desapareceram no Nordeste em função da questão da água. Sei que o Fundec tem entre suas finalidades exatamente o poço comunitário. Eu me preocupei tanto com este assunto que andei até fazendo uns projetozinhos, financiados por certas instituições internacionais para o poço comunitário, e conseguimos abrir em 15 ou 16 pequenas comunidades esse poço, que não só serve para água, mas em alguns casos, quando o poço tem uma boa vazão, foi organizada a horta comunitária. Enfim, mesmo quando nada disso é feito, só o fato de oferecer água evita o desaparecimento da pequena propriedade. Eu gostaria de saber se o DNOCS tem algum relacionamento com o Fundec e se tem estimulado esse tipo de ação?

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Não temos nenhum relacionamento com o Fundec, mas poderemos buscar essa fonte de recursos.

O SR. — A experiência do DNOCS no Nordeste é admirável. Às vezes, existe um fundo de desenvolvimento, coisa e tal, fica lá esquecido e de vez em quando verba sobrando e o DNOCS precisando. Em função da sua experiência, acredito que esse relacionamento pode ajudar também o Nordeste.

O SR. UIRANDÉ A. BORGES — Realmente, os recursos destinados a poços têm sido relativamente pequenos em função da demanda, das solicitações. Mas no próximo ano — estou sempre falando aqui no orçamento de 1988, que depende dos senhores a aprovação — o Ministro da Irrigação destinou uma parcela maior para perfuração de poços. E lá, se não me engano na região de V. Exª, em Irecê — nós temos no momento — mandamos a partir de maio, quando começou a seca lá no Irecê, tem uma máquina lá, uma perfuratriz só para atender àquela região.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Dr. Uirandé Borges, a presidência agradece a presença de V. Exª nesta comissão, na certeza de que hoje, aqui nesta reunião, foi dado um grande avanço, uma grande contribuição

para os trabalhos dest CPI, que, como disse o nosso Relator, Deputado César Cals Neto, não pode ser transformada, a exemplo de tantas outras, numa mera satisfação à opinião pública, por mais importante que seja a satisfação à opinião pública. Pretendemos ir bem mais além. Pretendemos avançar com propostas concretas para novas diretrizes, onde a questão regional esteja inserida no contexto nacional. Nós pretendemos bradar para a sociedade brasileira, para o Congresso Nacional e para a Assembléia Nacional Constituinte os problemas e a questão nordestina, e avançarmos além de propostas para a concretização de instrumentos verdadeiros, para que órgãos como DNOCS, que têm uma experiência voltada para o pequeno, o pequeno que tem uma importância tão grande, bem maior do que toda essa megalomania, esses projetos que, distantes da grandiosidade dos pseudoresultados, na verdade, vem onerando, de uma maneira criminosa, os cofres e o bolso do brasileiro. Que o pequeno projeto, que é tão importante, que fica perto do homem, que beneficia, que ajuda, que faz o pequeno participar, tenha um espaço na ação dos governos para o Nordeste.

Dr. UIRANDÉ, mais uma vez, muito obrigado e conte com esta comissão para que, todos juntos, possamos trazer melhores dias para o povo nordestino. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 16, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1988, que "dá nova redação ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983, que dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (instalação),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Castelo, Mário Maia e Deputados Ruy Nedel e Aloysio Chaves, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 16, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1988, que "Dá nova redação ao art 2º do Decreto-lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983, que dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Wilson Martins e Deputado Fábio Feldmann.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Aloysio Chaves que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Ruy Nedel para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Mário Maia 3 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador João Castelo 3 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Mário Maia e João Castelo.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Mário Maia agradece, em seu nome e do Senhor Senador João Castelo, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Ruy Nedel para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Acauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 17, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1988, que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Planalto do Araxá".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e vinte minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Odacir Soares e Deputados Rosa Prata e Alécio Dias, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 17, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1988, que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Planalto do Araxá".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Itamar Franco e Deputado Adhemar de Barros Filho.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, even-

tualmente, o Senhor Senador João Calmon que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarecer que irá proceder a eleição do presidente e do vice-presidente da comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Rosa Prata para servir como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado.

Para presidente:

Senador Odacir Soares 3 votos
Em branco 1 voto

Para vice-presidente:

Deputado Alécio Dias 3 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Odacir Soares e Deputado Alécio Dias.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Odacir Soares agradece, em nome do Senhor Deputado Alécio Dias e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Rosa Prata para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Acauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 18, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1988, que "transforma cargos nos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Ney Maranhão, Alfredo Campos, Afonso Camargo e Deputados Antônio de Jesus e Arnold Fioravante, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 18, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1988, que "transforma cargos nos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Deputado Gastone Righi.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Ney Maranhão que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder

à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Alfredo Campos para servir como escrutinador

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Arnold Fioravante.....

04 votos

Em branco.....

01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Affonso Camargo.....

03 votos

Em branco.....

02 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Arnold Fioravante e Senador Affonso Camargo.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Arnold Fioravante agradece, em seu nome e do Senhor Senador Affonso Camargo, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Antônio de Jesus para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, e para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 19, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1985, que "autoriza o Poder executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Gurupi, no Estado do Tocantins, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas, na sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Moisés Abrão, Severo Gomes e Deputados Nilson Gibson e Paulo Mourão, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 19, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1985, que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Gurupi, no Estado do Tocantins, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Jorge Bornhausen e Deputada Sandra Cavalcanti.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, even-

tualmente, o Senhor Senador Severo Gomes que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Moisés Abrão para funcionar como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Paulo Mourão.....

04 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Moisés Abrão.....

03 votos

Em branco

01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Paulo Mourão e Senador Moisés Abrão.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Paulo Mourão agradece, em nome do Senhor Senador Moisés Abrão e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Nilson Gibson para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, e para constar, eu, Marcílio José da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 20, de 1989-CN, (566/88, na origem, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1988, que "cria, no quadro permanente de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, os cargos que especifica e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ney Maranhão e Deputados Sérgio Brito e Hermes Zaneti, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 20, de 1989-CN, (566/88, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1988, que "cria, no Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, os Cargos que especifica e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Jamil Haddad e Deputado Ubiratan Aguiar.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Ney Maranhão que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Nabor Júnior para servir como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Sérgio Brito

04 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Jamil Haddad

03 votos

Em branco . 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Sérgio Brito e Senador Jamil Haddad.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Sérgio Brito agradece, em seu nome e do Senhor Senador Jamil Haddad, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Nabor Júnior para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, e para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 21, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1988, que "Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto de Renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reunião da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senador Saldanha Derzie Deputados Márcio Braga, Jalles Fontoura e Victor Faccioni, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 21, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1988, que "dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto de Renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Roberto Campos e Edison Lobão.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Saldanha Derzi que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Márcio Braga para funcionar como scrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Victor Faccioni03 votos
Em branco01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Jalles Fontoura .03 votos
Em branco01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Victor Faccioni e Jalles Fontoura.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Victor Faccioni agradece, em seu nome e do Senhor Deputado Jalles Fontoura, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Márcio Braga para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, e para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem n° 23/89-CN, (N° 573/88 na origem), através da qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado n° 99/88 que "dispõe sobre o aproveitamento dos servidores do Banco de Roraima S/A, criado pela lei n° 5.476, de 24 de julho de 1968, e em liquidação pelo Decreto n° 96.583, de 24 de agosto de 1988, e dá outras providências.

1° REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Alfredo Campos, João Castelo e Antonio Luiz Maya e os Senhores Deputados Ottomar Pinto e Alcides Lima, reuniu-se a Comissão Mista do Congresso Nacional objetivando examinar e emitir relatório sobre a Mensagem n° 23, de 1989-CN, acima especificada.

Deixa de comparecer, por motivo justificada, o Senhor Deputado Mello Reis.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador Antonio Luiz Maya, que declarou instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclareceu que iria proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Sr. Senador Antonio Luiz Maya convidou o Sr. Deputado Ottomar Pinto para funcionar como scrutinador.

Procedida a eleição, verificou-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Alcides Lima04 votos
Em branco01 voto

Para Vice-Presidente

Senador Antonio Luiz Maya .05 VOTOS
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Alcides Lima e Senador Luiz Maya.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Alcides Lima agradece, em nome do Sr. Senador Antonio Luiz Maya e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos. Tece algumas considerações sobre a matéria a ser apreciada e designa seu relator o Senhor Deputado Ottomar Pinto.

A seguir o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da Comissão, não sem antes agradecer a presença de todos e determinando que eu, Márcio Antonio Vieira, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e levada à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem n° 24, de 1989-CN (n° 574/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei do Senado n° 96, de 1988, que "dispõe sobre abono das faltas ao serviço na administração pública e dá outras providências".

1° REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Áureo Mello e Louremberg Nunes Rocha e os Senhores Deputados José Luiz Maia e Rita Camata, reuniu-se a Comissão Mista do Congresso Nacional objetivando examinar e emitir relatório sobre a Mensagem n° 24, de 1989-CN, acima especificada. Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senador Carlos Patrocínio e Deputado Gandi Jamil.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Áureo Mello, que declarou instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclareceu que iria proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presi-

dente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Áureo Mello convidou a Deputada Rita Camata para funcionar como scrutinadora.

Procedida à eleição, verificou-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Louremberg Nunes
Rocha 4 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado José Luiz Maia 4 votos

São declarados eleitos, por unanimidade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Senador Louremberg Nunes Rocha e Deputado José Luiz Maia.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Louremberg Nunes Rocha agradeceu, em nome do Deputado José Luiz Maia e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos. Teceu algumas considerações sobre a matéria a ser apreciada e designou, para confecção de seu relatório, a Senhora Deputada Rita Camata.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente deixou livre a palavra, ocasião em que recebeu, unanimemente, manifestação contrária ao veto imposto sobre a matéria em discussão.

A seguir o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da Comissão, não sem antes agradecer a presença de todos e determinar que eu, Márcio Antonio Vieira, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e levada à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem n° 25, de 1989-CN (n° 575/88, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara n° 63, de 1988, que "dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências".

1° REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e vinte minutos, na Sala de Reunião da Comissão de Relações Exteriores, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Iram Sarava e José Paulo Bisol e Deputados Christovam Chiaradia e José Dutra, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem n° 25, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara n° 63, de 1988, que "dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Marcondes Gadelha e a Senhora Deputada Raquel Cândido.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Paulo Bisol, que declara instalada a Comissão

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Iram Saraiva para funcionar como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Christovam Chiaradia 3 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado José Dutra 3 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Christovam Chiaradia e José Dutra.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Christovam Chiaradia agradece, em seu nome e do Senhor Deputado José Dutra, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Iram Saraiva para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, e para constar eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 26, de 1989-CN (nº 576/88, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 64, de 1988, que "altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 14 DE MARÇO
DE 1989

Aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senador Raimundo Lira e Deputados Osmundo Rebouças, Francisco Dornelles e José Serra, reuniu-se a Comissão Mista do Congresso Nacional objetivando examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 26, de 1989-CN, acima especificada.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Jamil Haddad e Carlos Chiarelli.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Osmundo Rebouças, que declarou instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclareceu que irá proce-

der à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Deputado Osmundo Rebouças convidou o Senhor Deputado Francisco Dornelles para funcionar como escrutinador.

Procedida à eleição, verificou-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Francisco Dornelles .. 4 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Osmundo Rebouças . 4 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputado Francisco Dornelles e Deputado Osmundo Rebouças.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Francisco Dornelles agradece, em nome do Deputado Osmundo Rebouças e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos. Tece algumas considerações sobre a matéria a ser apreciada e designa para seu relator o Senhor Senador Raimundo Lira.

A seguir, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da Comissão, não sem antes agradecer a presença de todos e determinando que eu, Márcio Antonio Vieira, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e levada à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 28, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 16 DE MARÇO

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Nabor Júnior, João Castelo e Deputados Aloysio Chaves e Nilson Gibson, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 28, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco e Deputado Solon Borges dos Reis.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Aloysio Chaves, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder

a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Deputado Aloysio Chaves convida o Senhor Senador João Castelo para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Nabor Júnior 3 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Solon Borges dos Reis 3 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Nabor Júnior e Deputado Solon Borges dos Reis.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Nabor Júnior agradece, em nome do Senhor Deputado Solon Borges dos Reis e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Nilson Gibson para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 30, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1988, que "institui gratificação extraordinária aos servidores do Tribunal Federal de Recursos, da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 16 DE MARÇO
DE 1989

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezessete horas, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Jutahy Magalhães, Moisés Abrão e Deputado João Natal, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir relatório sobre a Mensagem nº 30, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1988, que "institui a gratificação extraordinária aos servidores do Tribunal Federal de Recursos, da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Farabulini Júnior e Humberto Souto.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, even-

tualmente, o Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho convida o Senhor Senador Moisés Abrão para servir como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado João Natal 4 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Moisés Abrão 3 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados João Natal e Senador Moisés Abrão.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado João Natal agradece, em nome do Senhor Senador Moisés Abrão e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Farabulini Júnior para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 32, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores da Justiça Eleitoral e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 16 DE MARÇO
DE 1989

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides e Marco Maciel e Deputados Paulo Silva e Jairo Carneiro, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 32, de 1989, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores da Justiça Eleitoral e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Itamar Franco e Deputado Genebaldo Correia.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Mauro Benevides, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Mauro Benevides convida o Senhor Senador Marco Maciel para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Paulo Silva 3 votos

Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Jairo Carneiro 3 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Paulo Silva e Jairo Carneiro.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Paulo Silva agradece, em nome do Senhor Deputado Jairo Carneiro e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Mauro Benevides para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 33, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 16 DE MARÇO
DE 1989

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Leite Chaves e Odacir Soares e Deputados Geraldo Campos e Antoniocarlos Mendes Thame, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 33, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Meira Filho e Deputado Ubiratan Aguiar.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, even-

tualmente, o Senhor Senador Leite Chaves, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Antoniocarlos Mendes Thame para servir como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Antoniocarlos Mendes Thame 3 votos

Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Odacir Soares 3 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Antoniocarlos Mendes Thame e Senador Odacir Soares

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Antoniocarlos Mendes Thame agradece, em seu nome e do Senhor Senador Odacir Soares, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Geraldo Campos para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e vai a publicação

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 34, de 1989-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Ministério Público da União e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO)
REALIZADA EM 16 DE MARÇO
DE 1989

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Carlos De'Carli e Jorge Bomhussem e Deputados Jofran Frejat, Nilson Gibson e Jairo Carneiro, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 34, de 1989-CN (nº 8/89, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1988, que "dispõe sobre a gratificação extraordinária dos servidores do Ministério Público da União e dá outras providências".

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Gerson Camata.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Carlos De'Carli, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Jofran Frejat para funcionar como escrutinador.

Procedida à eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Jairo Carneiro 4 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nilson Gibson 5 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Jairo Carneiro e Nilson Gibson.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Jairo Carneiro agradece, em seu nome e do Senhor Deputado Nilson Gibson, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Carlos De'Carli para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituendo do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci e Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67 — jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalheite**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

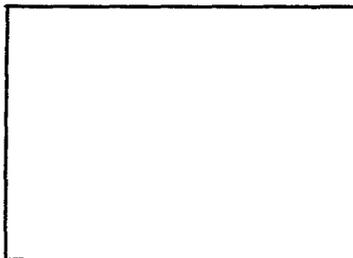
Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579



Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 98

(abril a junho de 1988)

Está circulando o nº 98 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 466 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Centenário da Abolição da Escravatura

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL

Comemoração do centenário da Abolição

COLABORAÇÃO

Aspectos econômicos do processo abolicionista — *Mircea Buescu*

A família na Constituição — *Senador Nelson Carneiro*

Fonte de legitimidade da Constituinte — *Geraldo Ataliba*

A Constituição e o caso brasileiro — *Eduardo Silva Costa*

A vocação do Estado unitário no Brasil — *Orlando Soares*

Da arbitragem e seu conceito categorial — *J. Cretella Júnior*

O juízo arbitral no direito brasileiro — *Clóvis V. do Couto e Silva*

Grupo econômico e direito do trabalho — *Paulo Emílio R. de Vilbena*

Hacia el abolicionismo de la sanción capital en España — *Antonio*

Beristain

As cláusulas contratuais gerais, a proteção ao consumidor e a lei portuguesa sobre a matéria — *Francisco dos Santos Amaral Neto*

Delineamentos históricos do processo civil romano — *Sílvio Meira*

O destinatário do sistema brasileiro de patentes — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*

A política de informática e a Lei nº 7.646, de 18-12-87 — *Antônio Chaves*

A lei do *software* — *Carlos Alberto Bittar*

ARQUIVO

Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea — A grande trilogia abolicionista — *Branca Borges Góes Bakaj*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

**PREÇO DO
EXEMPLAR:
NCz\$ 0,15**

Assinatura para 1988
(nº 97 a 100):
NCz\$ 0,90

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 99

(julho a setembro de 1988)

Está circulando o nº 99 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 332 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Quarenta Anos Decorridos — *Beatriz Elizabeth Caporal Gontijo de Rezende*

COLABORAÇÃO

Reflexões sobre o valor jurídico das Declarações Universal e Americana de Direitos Humanos de 1948 por ocasião de seu quadragésimo aniversário — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

O Poder Judiciário e a tutela do meio ambiente — *Ministro Sidney Sanches*

Dever de prestar contas e responsabilidade administrativa: concepções alternativas. Evolução de conceitos e aplicação na administração pública brasileira — *Daisy de Asper Y Valdés*

Constituinte e Constituição — *Jarbas Maranhão*

Direito administrativo inglês — *J. Cretella Júnior*

O reerguimento econômico (1903-1913) — *Mircea Buescu*

Costume: forma de expressão do direito positivo — *Marta Vinagre*

Os direitos individuais — *José Luiz Quadros de Magalhães*

A arte por computador e o direito de autor — *Carlos Alberto Bittar*

Victimologia Y criminalidad violenta en España — *Miguel Polaino Navarrete*

Participação da comunidade na área penitenciária — Necessidade de melhor apoio legal — *Arnida Bergamini Miotto*

A conversão da dívida — *Arnoldo Wald*

Selección y formación del personal penitenciario en Argentina — *Juan Luis Savioli*

O problema teórico das lacunas e a defesa do consumidor. O caso do art. 159 do Código Civil — *José Reinaldo de Lima Lopes*

Criminalidade e política criminal — *Francisco de Assis Toledo*

As eleições municipais de 1988 — *Adbemar Ferreira Maciel*

A legislação agrária e o federalismo, leis federais e leis estaduais — *José Motta Maia*

Mudança política e política de desenvolvimento regional no Brasil desde o ano de 1964 — *Horts Babro e Jurgen Zepp*

Atos políticos e atos de governo. Realidades diversas, segundo a teoria tetraédrica do direito e do Estado — *Marques Oliveira*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

**PREÇO DO
EXEMPLAR:
NCz\$ 0,15**

Assinatura para 1988

(nº 97 a 100):

NCz\$ 0,90

(já incluídos os 50% para cobertura das despesas postais)

Deixamos de atender pedidos pelo reembolso postal em virtude do preço das publicações desta subsecretaria serem abaixo do mínimo exigido pela ECT, para remessa através do referido sistema.

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

série, com índices temáticos comparativos (edição 1987)

- Volume 1 — Alemanha (República Democrática); Bulgária;
Hungria; Polônia; Romênia; Tchecoslováquia
- Volume 2 — República da Costa Rica e República da
Nicarágua
- Volume 2 — Angola; Cabo Verde; Moçambique; São Tomé e
Príncipe
- Volume 4 — Dinamarca; Finlândia; Noruega e Suécia

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas, Senado Federal —
Anexo I — 22º andar. Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília — DF.
Telefones: 311-3578, 311-3579.

Os pedidos por correspondência deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES PARA A CONSTITUINTE

- **Constituição da República Federativa do Brasil** — 10ª edição, 1986 — formato bolso. Texto constitucional vigente consolidado (Constituição de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais números 2, de 1972, a 27, de 1985) — Notas explicativas das alterações com as redações anteriores — minucioso índice temático. (Preço: Cz\$ 50,00)
- **Constituição da República Federativa do Brasil** — Quadro comparativo anotado: texto vigente — Constituição de 1967 — Constituição de 1946. Notas. Índice temático. 5ª edição, 1986. (Preço: Cz\$ 160,00)
- **Constituições do Brasil** (2 volumes — ed. 1986). 1º volume: textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Texto constitucional vigente consolidado. 2º volume: índice temático comparativo de todas as Constituições. (Preço: Cz\$ 300,00)
- **Constituição Federal e Constituições Estaduais** (textos atualizados, consolidados e anotados. Remissões à Constituição Federal. Índice temático comparativo). 4 volumes, com suplemento de 1986. (Preço: Cz\$ 200,00)
- **Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil** (Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal — edição: 1986) — Antecedentes históricos. Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes. Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967. Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos. (Preço: Cz\$ 150,00)
- **Leis Complementares à Constituição Federal** — números 1/67 a 54/86 (históricos) — 3 volumes, com suplemento de 1987. (Preço Cz\$ 300,00)
- **Anteprojeto Constitucional** — Quadro comparativo: Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — Texto constitucional vigente. Notas. Índice temático da Constituição vigente (edição 1986). (Preço: Cz\$ 100,00)
- **Leis Orgânicas dos Municípios** — 2ª edição — 1987. Textos atualizados e consolidados. Índice temático comparativo. 3 volumes. (Preço: Cz\$ 300,00)
- **Revista de Informação Legislativa** (Preço do exemplar: Cz\$ 150,00) (assinatura para 1988: Cz\$ 600,00)
- **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras** (com índice temático comparativo) — 3 volumes — ed. 1987 — Textos integrais e comparação das Constituições de 21 países (Preço da coleção: Cz\$ 1.000,00)
- **Constituições Estrangeiras** — série (com índice temático comparativo) (edição 1987/88)
 - Volume 1 — Alemanha (República Democrática); Bulgária; Hungria; Polônia; Romênia; Tchecoslováquia Cz\$ 300,00
 - Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua Cz\$ 200,00
 - Volume 3 — Angola; Cabo Verde; Moçambique; São Tomé e Príncipe Cz\$ 300,00
 - Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia Cz\$ 300,00
 - Volume 5 — Áustria e Iugoslávia Cz\$ 500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo 1, 22º andar — Praça dos Três Poderes. CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Pedidos acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz\$ 0,06